

O PROLETÁRIO

Nº
50

Uma Publicação mensal de Proletários Marxistas
Não aceitamos que a burguesia nos financie. Por isso se faz necessário a cobrança de R\$ 1,00
(um real) para o custeio da publicação do jornal.

**NESTA EDIÇÃO: PROLETÁRIO ESPECIAL PRÉ-CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL 9 E 10 DE JULHO DE 2005**

Prefácio do POM dedicado a publicação dos debates do Comitê de Enlace.	01
Ata da Segunda Pré-Conferência do Comitê de Enlace por uma Conferência Internacional dos Trotskistas de 1 e 2 de janeiro de 2005.	02/05
Encontro Continental na Bolívia COB, FSTMB, COR EL Alto, COD la PAZ e AcIT (28/06/05)	06/14
Resposta da FTI-CI E CWG acerca da declaração sobre a Bolívia do CCR, POM e OO.	14/16
Proposta de pontos programáticos (FTI-CI)	17/21
Resolução do CC-POR e CRI sobre o Comitê de Enlace	22/48
CUBA e a Restauração Capitalista (Trincheira Marxista)	48/52

**Incorpore-se nos cursinhos de Marxismo.
Informem-se!**

Só com consciência de classe (construção de um Partido Revolucionário, com a tomada das fábricas e terras das mãos da burguesia, passando-as para as mãos dos trabalhadores, teremos os problemas do campo, moradia, emprego, salário e condições de vida resolvidos.

Prefácio do POM dedicado a publicação dos debates do Comitê de Enlace.

Publicamos nesta data o Proletário especial dedicado aos debates do Comitê de Enlace que por sua vez esteve centrado na discussão programática e as diferenças deste que se apresenta mais visível nas discussões dos acontecimentos da luta de classe atuais.

Para o POM a situação mundial apresenta-se com dois eixos centrais:

Um é o avançado grau da crise de superprodução capitalista resultado do modelo decadente da propriedade privada dos meios de produção. As medidas que o capital adota para ir se adequando o Estado, os apetites e sede de lucros cada vez maior dos capitalistas: Neo liberalismo, blocos econômicos, globalização, privatizações, destruição dos Direitos históricos tanto do poder público quanto na legislação trado trabalho, tem levado a barbárie e a conflitos generalizados em toda parte do planeta, principalmente nos países oprimidos. Os impérios digladiam entre si, com uma particularidade: A supremacia econômica e militar dos EUA que se dá ao luxo de decretar a guerra permanente como forma de aquecer sua economia e ampliar suas conquistas de matérias primas e mercado. Em várias regiões estratégicas do planeta impôs as bases militares.

De outro lado tem o Movimento do operariado Internacional, minado de consistência, subdividido em milhares de frações das mais variadas posições, com tendências fortes devido à queda dos Estados Operários degenerados, a revisão da própria ideologia operária (marxista) ou mesmo sua negação. A Social Democracia clássica que historicamente esteve a serviço da política de conciliação de classe não foi desmascarada, pelo contrário ganhou adeptos como o Stalinismo e inclusive várias correntes do Trotskismo. Exemplo de organismo criado por estes setores em uma santa aliança, inclusive, e não poderia ficar de fora, a Santa Igreja e o Fórum Social Mundial. Todo um desenvolvimento das políticas solidárias, participativas, com as parcerias e a mais perfeita bondade a serviço da conciliação de classe e em estender o Estado capitalista agonizante no seu sentido “social” entre os oprimidos, dando sinais vigorosos da saída burguesa e imperialista da política fascista.

O Comitê de Enlace surge nestas condições, totalmente dividido em matéria programática, expressando as tendências majoritárias do movimento proletário mundial. O desespero dá lugar a mais desvios políticos e a mais divisões. As massas se levantam e se levantam, derrubam governos e mais governos, como é o caso da Bolívia, Equador, Argentina e etc. Quatro alternativas: As duas primeiras se entrelaçam, o grande capital e suas manobras inclusive utilizando-se da força física, militar e o fascismo. A Social Democracia e os revisionistas correm para assegurar a governabilidade e a “Democracia” (Ditadura do Capital). De outro lado se apresenta a resolução da crise de Direção do Proletariado. Diante da situação de barbárie econômica e política para o proletariado surge claramente posições mecanicistas e ultimatas, que tentam sobrepor-se a realidade cruel. Assim, a crise de Direção se resumiria, no momento, com a tomada do poder pelas massas, sem as considerações de quem as dirigem. Se mesclam na confusão e nos desvios políticos e acabam se repartindo novamente.

O grande desafio do Proletariado mundial é a incorporação das energias de vastas camadas da Vanguarda Internacional na formulação e no resgate programático do materialismo histórico e dialético, e das ações internacionalistas contra o capital e sua decadência. Temos duas condicionantes: 1- Sermos capazes de nos agruparmos na democracia operária sem centralização, como se fosse uma Frente Única Operária (dos que reivindicam-se do Marxismo e do Movimento Operário). Propiciar e proteger um grandioso debate programático internacionalista, ir tentando e desenvolvendo ações internacionais no campo da luta direta, da solidariedade operária internacional e da luta Socialista. 2- Neste debate irá se agrupando forças com homogeneização programática, tornando possível o avanço do Movimento Operário Mundial e a construção do Partido Mundial da Revolução Proletária e Socialista, rumo a Ditadura do Proletariado, como caminho à uma Sociedade sem explorados e exploradores, comunista. Não é a simples evolução deste organismo amplo no Partido Marxista, pelo contrário, com certeza irão se agrupar várias tendências e frações e a democracia operária e o Bolchevismo já nos mostrou na história esse desenlace.

**Ata da Segunda Pré-Conferência do Comitê de Enlace por uma Conferência Internacional dos
Trotskistas
principistas e organizações operárias revolucionárias internacionalistas**

Buenos Aires, Argentina, 1 e 2 de fevereiro de 2005

1) apresentação dos grupos participantes:

Da Segunda Pré-Conferência participaram delegações de todos os grupos e tendências que conformam o Comitê de Enlace, a saber:

Partido Operário Marxista (POM); Trincheira Marxista (T M) Coletivo Comunista Revolucionário (CCR); Oposição Operária (OO); Fração Trotskista (FT), todos do Brasil.

Partido Operário Revolucionário (- POR TCI) de Argentina.

Grupo comunista revolucionário de Internacionalista (CRI) de França.

Grupo comunista Operário (CWG) de Nova Zelândia.

Agrupamento Internacionalista outubro vermelho (ORI) de Bolívia; Liga Internacionalista Trotskista (LTI) de Peru; Liga o Operária Internacionalista IV internacional (LOI-CI) de Argentina; Comitê Organizando do Partido Operário Internacionalista (COPOI) de Chile, todos os membros do FTI-CI.

2) Todos os grupos presentes afirmam que esta segunda Pré-Conferência se deu com a mais ampla Democracia Operária, método já posto em toda alquimia centrista.

3) A Pré-Conferência reafirmou a vigência e atualidade dos cinco pontos de acordo da Ata de Diadema. Reafirmou que estes pontos essenciais acordados são para cumpri-los e leva-los na prática, e que são a base e pontos de partida principista para discutir e para esclarecer as diferenças. Reafirmou também e conseqüentemente, que segue vigente a luta por uma Conferência Internacional dos trotskistas principistas e das Organizações operárias revolucionárias, e que esta segunda Pré-Conferência e seu resultado é um passo a frente e nos aproxima da realização da mesma.

4) Partindo de afirmar a vigência dos cinco pontos de acordo de da Ata de constituição do Comitê de Enlace, durante dois dias se realizaram os debates teóricos, políticos e

prática na Pré-Conferência de julho de 2004. Este clima de democracia Operária que se respirou foi palpável tanto na mesma Pré-Conferência como nas discussões sem diplomacia, porém fraternais entre os diferentes grupos e tendências inclusive também na fase do debate prévio a sua realização, com a publicação das posições, originais e controvérsias em dois números do boletim de Discussão Internacional, e nos jornais dos deferentes grupos que compõem o Comitê de Enlace.

A Segunda Pré-Conferência mostra então o método principista com que se está pondo em pé o Comitê de Enlace: entre grupos e correntes que temos importantes pontos de acordos programáticos, discutimos a fundo as diferenças para poder avaliar – como dizia Lênin, se estes acordos são reais e profundos.

Por tanto, haver obtido a claridade nas diferenças existentes, deixando questões secundárias, é um grande paço a diante e uma conquista. Assim, se a primeira Pré-Conferência permitiu que nós assentássemos os cinco pontos programáticos que nos delimitam com claridade dos liquidacionistas do trotskismo; a segunda pôs um novo marco: expressar com claridade as diferenças com um método principista alheio a

programáticos em torno das seguintes áreas de diferenças:

a) Método para abordar a realidade, e sobre a caracterização a atual situação mundial. Caráter da crise econômica mundial. Sobre transcendência e conseqüência dos acontecimentos de 1989 e a definição do caráter atual dos antigos estados Operários. A definição de situações concretas da luta das classes como, Palestina em 2000, Argentina de 2001, Bolívia de 2003, a situação atual em Brasil, etc.. Sobre a dessincronização entre a luta do proletariado dos países semicoloniais e coloniais e o proletariado dos países imperialistas.

b) Sobre a vigência e atualidade do método, as premissas e as caracterizações contidas no Programa de Transição.

c) Sobre a táticas da Frente Única Antiimperialista, sobre a Frente Única Operária. Sobre como intervem os revolucionários no interior dos Sindicatos e sua relação com a luta para por em pé os Sovietes e as milícias operárias, debate este último desenvolvido também em torno da intervenção nos países como Argentina, e Brasil e o processo de surgimento da CONLUTAS.

d) Sobre a posição dos revolucionários frente às burguesias nacionais, desenvolvendo o debate em torno das experiências de Venezuela, Iraque e Palestina em particular.

e) Sobre o Centralismo Democrático, concepção de partido leninista, sobre o caráter internacional da Revolução e o caráter Internacional do programa.

5) Após dois dias de debate, o FTI-CI e o CWG propuseram explorar a possibilidade de estender os pontos programáticos de acordo do comitê de Enlace nas seguintes questões:

a) Sobre o caráter internacional da revolução e da luta pela ditadura do proletariado.

b) A política dos revolucionários frente aos sindicatos e sua relação com luta pelos organismos da democracia operária do proletariado e explorados, quer dizer dos soviets.

c) A questão Cubana. A defesa da revolução Cubana frente a toda agressão imperialista e a luta pela revolução política contra a burocracia restauracionista.

d) A posição dos marxistas revolucionários frente as burguesias nacionais nos países semicoloniais ou coloniais, sobre a base da experiência do último período de Iraque, Palestina e Venezuela.

e) A obrigação para os revolucionários, em toda a situação pré-revolucionária ou revolucionária de colocar como eixo de seu combate e do programa a luta a para por em pé o embrião do Partido Mundial da Revolução Proletária, as seções nacionais deste como parte e entrelaçados na luta Internacionalista pela sua construção, o resgate programático baseado no materialismo histórico e dialético, espelhando na realidade mundial no seu conjunto e nas particularidades nacionais, luta Internacionalista

contra o capital e sua barbárie, luta incansável contra os traidores e aos revisionistas do marxismo forjando os quadros militantes, o Partido Mundial da Revolução Proletária, o Programa, a penetração no seio das massas, com a tomada das Organizações Operárias e Populares, expulsando as burocracias dos Sindicatos, Organizações Operárias e Populares dando um salto de qualidade na Organização Independente do Proletário a nível Mundial com soviets e o armamento das massas, abrindo assim o caminho para insurreição e a tomada do poder.

F) Uma denuncia atualizada contra o Fórum Social Mundial, incluindo o feito de que a ampla maioria dos liquidacionistas do trotskismo uniu-se a este oficialmente.

g) Sobre a concepção de Partido e de Centralismo Democrático leninista segundo o legado do materialismo histórico e dialético.

A partir daí se resolveu dar um período de 60 dias para que todos os grupos, blocos ou tendências escrevam e apresentem suas propostas de pontos programáticos a debater, para explorar as condições e que possamos dar um passo adiante na homogeneidade política do comitê de Enlace, e, ao mesmo tempo, para marcar com claridade um limite ao centrismo, ao oportunismo, e também ao sectarismo, para que estes não se desenvolvam em suas fileiras.

A partir da apresentação de diferentes propostas, abrir o debate sobre os mesmos em todos os grupos, e após 3 ou 4 meses de discussão, marchar a uma nova Pré-Conferência em julho de 2005, que nos permitirá avaliar se alcançamos acordos programáticos suficientes para marchar em comum à realização da Pré-Conferência Internacionais no fim de 2005.

6)A Pré-Conferência resolveu também explorar a possibilidade da laboração de declarações em comum sobre Bolívia, país em que os acontecimentos se agonizam; assim como também uma declaração comum sobre Iraque, como parte da luta para conquistar campanhas internacionalistas de ação do Comitê de Enlace.

7) A FTI-CI e o CWG propuseram em comum à Pré-Conferência ampliar ainda mais a democracia operária para o debate. Para isto, propuseram que a base de todas as organizações discutam todas as posições em questão e que no período prévio da Pré-Conferência de julho essa base vote por maioria e

minoria sobre todas as propostas. Para isto, deliberam que as portas de todos os grupos que compõem o FTI-CI, e aqueles do CWG estão abertos de modo que, os camaradas das outras organizações possam discutir com a base, para convencer de suas posições, e solicitam a possibilidade de fazer o mesmo com os demais grupos.

Também, o FTI-CI e o CWG deliberam que em todos os seus grupos ficam suspenso o centralismo democrático com relação às questões internacionais de modo que, todo o militante do CWG ou dos distintos grupos que compõem a FTI-CI podem aderir e alinhar-se com a qualquer uma das posições dentro debate no interior do comitê da Enlace.

Estabeleceu-se que todos os grupos discutirão e avaliarão esta proposta da FTI e do CWG, e responderiam sobre a mesma. Da mesma maneira, como a proposta do POM que foi apoiada por todos os grupos presentes -esclarece e reivindica que o debate seja realizado com o mais total democracia operária e com a maior das lealdades entre correntes que nos reivindicamos revolucionários.

8) A posição do POM é de que não pode e não está dado o momento de votação de maioria e minoria com o conseqüente estabelecimento do Centralismo Democrático, visto que, reafirmamos a vigência do programa de transição em nossa época, (longe de se configurar em posição dogmática) antagonicamente à posição de FTI-CI a nosso ver de revisão do dito programa quando da caracterização da situação política Internacional em seu conjunto, podendo deslizar para posições sectárias ou ultraesquerdistas. Ficando em questão a vigência ou não do Programa de Transição da VI Internacional, especificamente sobre o método de caracterizar a realidade e por excelência a caracterização contida neste, de que: "A situação política mundial no seu conjunto caracteriza-se, antes de mais nada, pela crise histórica da direção do proletariado. A premissa econômica da revolução proletária já alcançou há muito o ponto mais elevado que possa ser atingido sob o capitalismo. As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer. As novas invenções e os novos progressos técnicos não conduzem mais a um crescimento da riqueza material"... (contrariamente ao que afirma o CRI) – "A economia, o Estado, a política da burguesia e suas relações internacionais estão profundamente afetadas pela crise social que

caracteriza a situação pré-revolucionária da sociedade. O principal obstáculo na transformação da situação pré-revolucionária em situação revolucionária é o caráter oportunista da direção do proletariado, sua covardia pequeno-burguesa diante da grande burguesia, os laços traidores que mantém com esta, mesmo em sua agonia". ... "A tarefa estratégica do próximo período – pré-revolucionário de agitação, propaganda e organização, consiste em superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda (confusão e desencorajamento da velha direção falta de experiência da nova). É necessário ajudar as massas, no processo de suas lutas cotidianas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de reivindicações transitórias que parta das atuais condições e consciência de largas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado".

Por sua vez a FTI-CI esclarece que assina como está escrito mais acima a citação do programa de transição, principalmente a que se refere a premissa fundamental para todo Programa marxista e de ação revolucionária, de que a crise da humanidade se reduz na crise da direção revolucionário do proletariado. E esclarece que considera que a caracterização sobre a situação pré-revolucionária mundial do programa de transição, foi uma caracterização de um momento preciso desta época de crise, guerras e revoluções, em 1938, quando foi fundada a IV Internacional. Nós trotskistas principistas da FTI-CI consideramos que desde a década' de 40 esta época de crise, guerras e revoluções, passaram por diferentes situações: uma situação revolucionária ao sair da segunda guerra mundial, e que esteve colocado o problema da tomada do poder pelo proletariado nos países imperialistas europeus e no mundo semicolonial. Logo, uma situação reacionária até 1968, quando se deu a crescimento do pós-guerra, a traição do stalinismo e a coexistência pacífica. Uma situação revolucionária de 1968 a 1978; e posteriormente uma transitória até 1989, quando se abre após a derrota que significou a queda dos estados operários, uma situação não revolucionária até 1997. E de 1997 até os dias atuais, nós vivemos uma situação pré-revolucionária, cuja abertura coincide com o começo da crise econômica mundial com um Ascenso, com focos revolucionários no mundo

semicolonial, e com contenção nos países imperialistas pelo peso das aristocracias e as burocracias operárias.

A apreciação do POM nos aspectos da caracterização de um programa escrito em uma situação dada corre o risco de ser dogmática, posto que, por exemplo, se nós usarmos este método, nós poderíamos dizer que o POM revisa, no mínimo, as definições dos dois primeiros congressos da III Internacional que colocava que era uma situação revolucionária em toda a Europa e que estava na ordem do dia o problema do poder. Porém reivindicar isto para nós, seria um desastre, desde que nós consideramos que os aspectos da caracterização sobre situações em que se escreveram os distintos programas revolucionários do marxismo revolucionário estavam dados pelas diferentes combinações dos fatores objetivos e dos fatores subjetivos nos distintos momentos da luta das classes. Os que realmente renegam o método Marxista para caracterizar as distintas situações da luta de classe. São aquelas que negam o caráter desta época imperialista de decadência e absoluta e agonia do sistema capitalista. São os revisionistas e reformistas que reivindicam que, por distintos períodos, e inclusive historicamente, ha cessado a época de crise, guerras e revoluções.

Nota:

As organizações Abaixo signatárias fazem registrar que não se responsabilizam pela política empunhada pelo POR de Argentina que reivindica os acordos firmados em Diadema, realizando e defendendo acordos programáticos com correntes burguesas e com o stalinismo, orientando-se a uma política de colaboração de classes e a aplicação das táticas que nós consideramos oportunistas. Se o POR não assume seus erros e corrige sua política, nós não poderemos marchar em comum por uma organização principista do trotskista.

Assinam

FTI-CI; CWG, FT, POM

**Encontro Continental na Bolívia
COB, FSTMB, COR EL Alto, COD la PAZ e AcIT (28/06/05)**

**Chamamento Conjunto COB, FSTMB, COR EL Alto, COD la PAZ e
AcIT**

Organizemos juntos um encontro continental

**Em defesa da
nacionalização dos
hidrocarbonetos na Bolívia!**

**De luta contra as
privatizasse!**

**Em defesa da Soberania nacional
de nossos povos!**

Companheiros

A Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia, A Central Operária Regional do Alto, ambos filiados a organização matriz dos trabalhadores bolivianos, a central operária boliviana, tem participado combativamente junto as organizações mobilizadas Fejuve do Alto, professores urbanos, rurais, companheiros camponeses das 20 províncias de La Paz, assim como companheiros das distintas federações de todo país, universitários, trabalhadores de estradas, da saúde, gremiais, demais trabalhadores e povo boliviano na grande mobilização que, obrigou a renúncia de Carlos Mesa, de Hormando Vaca Diez e Mario Cosío a presidência da república. Ao mesmo tempo estamos conscientes que os problemas fundamentais demandados pelo povo boliviano não serão solucionados como a saída constitucional consistente no nomeameação de Eduardo Rodriguez como Presidente Transitório.

Para a classe operária organizada na COB, setores indígenas e populares, desde outubro de 2003, a questão de nacionalização de 100% do petróleo e do gás, é um objetivo de vida ou morte, porque esta riqueza,

que pertence ao povo boliviano, deve ser utilizada em seu benefício, e não para a rapina das transnacionais. Por isso é uma questão essencial, que determina a própria sobrevivência do nosso povo, a soberania e a unidade na Bolívia, hoje ameaçada de desintegração pela política do imperialismo e seus cúmplices, mascaradas nas propostas de autonomias, desvirtuando o verdadeiro sentimento de provação de todo o país.

Nossa luta é a mesma dos povos irmãos da América Latina e do mundo, os mesmos que igualmente sofrem as consequências da política de guerra e super exploração liderada pelo governo Bush dos EUA, o mesmo que ataca inclusive o movimento operário em seu próprio país. Nossa luta é contra o imperialismo, e sua política de destruição das nações!

Assim, a luta pela nacionalização dos hidrocarbonetos se encontra com a luta contra as privatizações, em defesa dos serviços públicos, contra os tratados de livre comércio, em defesa dos direitos sociais e trabalhistas, em defesa da terra para os camponeses sem terra, que ganha corpo em todo o nosso continente.

A classe operária e o povo boliviano estão dando uma demonstração cabal da vontade, que é a de todos os povos, de ser donos de seus destinos. No processo da luta mesma, a questão de auto organização dos trabalhadores, camponeses, vizinhos, estudantes em uma Assembléia Nacional Popular Original, com delegados eleitos, revogáveis e com mandatos concretos, que tomem em suas mãos a imposição da vontade soberana do povo contra as

oligarquias corruptas e entregues ao imperialismo, é um avanço histórico pelo qual devemos trabalhar todos.

Não podemos admitir que nos enganem novamente, negociando as costas do povo boliviano a continuidade de uma situação insuportável. Estamos no momento em que as condições para uma nova onda de mobilizações estão em gestação. Um momento, portanto, propício para um balanço da situação, o que inclusive a questão fundamental de solidariedade internacional com a luta dos trabalhadores e o povo da Bolívia, ajudando assim a romper o cerco que o imperialismo e seus lacaios nos querem impor.

Por isso propomos, a partir da FSTMB, Cor do Alto, COD La Paz, afiliados à COB, e do Acordo Internacional dos Trabalhadores, reunir, pela urgência da situação em nosso país, a dirigentes e militantes do movimento operário e popular de todo continente, reunir a todos os que lutam contra as privatizações, que lutam na defesa da soberania na opcional e nos distintos países, para que, juntos, organizemos iniciativas comuns que nos fortaleçam mutuamente.

Por tudo isso, propomos a organização do encontro em defesa da Nacionalização dos Hidrocarbonetos na Bolívia; de luta contra as privatizações e pela defesa da soberania nacional de nosso povos.

Este encontro se realizará na cidade de La Paz, nos dias 12, 13 e 14 de agosto do ano de 2005, e para o qual pedimos apoio e a participação das organizações sindicais e populares que se identificam com esta convocatória.

La Paz, 23 de junho de 2005.

CENTRAL OPERÁRIA BOLIVIANA (COB)

FEDERAÇÃO SINDICAL DE
TRABALHADORES MINEIROS DA BOLÍVIA
CENTRAL OPERÁRIA REGIONAL DO ALTO
CENTRAL OPERÁRIA DEPARTAMENTAL
DE LA PAZ

ACORDO INTERNACIONAL DOS
TRABALHADORES E POVOS

**Bolívia: neste 23 de junho
constituamos já o Congresso
Nacional de operários e camponeses
da Assembléia Popular Original,
como único organismo de poder e
decisão dos explorados!**

**Que todas as organizações operárias,
camponesas e estudantis elejam
seus delegados de base, com
mandato e revogáveis**

Logo dos combates revolucionários que sustentaram as massas operárias camponesas com 16 dias de greve geral política insurrecional, com bloqueios e combate de barricadas durante os meses de maio e junho, surgiu a Cor do Alto reconhecida como o Quartel General da revolução boliviana. Milhões de explorados que entraram ao combate colocaram em pé uma verdadeira obra de arte de luta pré-insurrecional, constituindo organismos embrionários de duplo poder e conquistando jalões de um programa revolucionário. Com seus bloqueios, os operários e os camponeses sitiaram a cidade de La Paz e toda a Bolívia, estabelecendo um duplo poder territorial; no Alto, colocaram em piquetes de auto-defesa; e tomaram poços petrolíferos e bloquearam gasodutos de cabo a rabo na Bolívia.

Em 8 de junho, a COR do Alto, a COB, a FSTMB, a FEJUVE do Alto, chamaram a construir a Assembléia Popular Original, à que logo se foi aderindo as demais organizações operárias, camponesas e estudantis. Hoje as direções tem convocado a uma reunião para o próximo 23 de julho a

realizar-se na cidade de Cochabamba com o objetivo de construir e consolidar a Assembléia Popular Original, a nível nacional.

Esta convocatória que fazem junto a indomável COR do Alto, é mais uma amostra da pressão que exercem os operários e camponeses revolucionários a suas direções pela necessidade que tem de centralizar seu combate. Por essa razão a convocatória de 23 de julho é uma nova oportunidade para centralizar todas as energias revolucionárias dos heróicos operários, camponeses e estudantes combativos em um grande congresso nacional operário e camponês da Assembléia Popular Original, constituída por delegados de base com mandato e revogáveis de todas as organizações operárias, camponesas e estudantis, que são a garantia que este congresso seccione com a mais ampla democracia direta.

Uma segunda convocatória que tem feito a COR do Alto e as mesmas organizações que chamam a reunião de julho, é o chamado a todas as organizações operárias da América Latina a um "Encontro em defesa da Nacionalização do dos Hidrocarbonetos na Bolívia; de luta contra as privatizações e pela defesa da soberania nacional de nossos povos" para os dias 12, 13 e 14 de agosto, em momentos em que a revolução boliviana, e suas gestas heróicas tem impactado enormemente na vanguarda operária latino-americana e a nível mundial.

É indubitável que pela política de direções que as massas têm a sua frente, já desde fevereiro e outubro de 2003 se perderam preciosas oportunidades de colocar em pé um organismo centralizador, com democracia direta das massas em luta e suas milícias. Esta oportunidade voltou a perder-se, pela mesma razão durante os 16 dias do heróico combate

de maio/junho passado, e mais precisamente no enorme Capítulo aberto de 6 de junho em La Paz que, pelo contrario, foi transformado pelos dirigentes em um ato onde eles davam discursos.

Do que se trata não é de constituir acordos de dirigentes por cima, senão de por em pé esse organismo centralizador de todas as massas em luta. Pelo atraso que arrastam as massas de constituir dito organismo de duplo poder, e pela forma tardia que tem sido convocado este congresso da Assembléia Popular Original, se corre o risco de terminar dando-lhe, nos fatos, uma trégua ao governo de Rodriguez – o amigo do assassino Goni --, de permitir que siga seccionando o parlamento fantoche. E que as petroleiras imperialistas e a burguesia sigam recrutando suas bandas fascistas em Santa Cruz.

As bases operárias e camponesas começam a impugnar por romper a trégua, obrigando inclusive as direções de suas organizações a ameaçar com o início de bloqueios e dos conflitos. E, diante da insistência e persistência das massas operárias e camponesas que junto a sua vanguarda indomável da COR do Alto, não querem dar trégua a este novo governo, Solares, Patana, Mamani e o POR se tem visto obrigados a convocar a reunião constitutiva da Assembléia Popular Original. É que enquanto lhes dá uma trégua aberta ao governo, e ao regime de Rosca e foi um fator fundamental para que assuma, como ontem Mesa, hoje Rodriguez; estes últimos, hoje convocantes deste congresso nacional, tem deixado passar múltiplas oportunidades de colocar em pé o poder operário e camponês nacional e centralizado, e a todas luzes trarão por todos os meios deste congresso que se chama não se transforme em um organismo de duplo poder, e de dar-lhe tão somente um caráter deliberativo e não resolutivo nem constitutivo do

verdadeiro poder das massas exploradas, o verdadeiro representante e o único poder legítimo do milhões de operários e camponeses. A ditadura democrática de rosca, há que opor-se a democracia direta do poder dos operários e camponeses.

Enquanto as massas anseiam por romper a trégua, sustentam a Rodriguez uma santa aliança do imperialismo, as burguesias latino-americanas, as burocracias traidoras e o Fórum Social Mundial.

No último enfrentamento entre as classes, nenhum dos bandos contendentes, -- nem o imperialismo junto a burguesia boliviana,; nem os heróicos operários e camponeses – tem conseguido seus objetivos. A enorme e magnífica greve geral insurrecional que protagonizaram as massas exploradas, deixou ainda mais deslocadas e em crises as instituições do regime e estado, porém a causa das direções reformistas que tem a sua frente, estas não tem conseguido impor uma saída a seu favor. A burguesia tentou fechar a crise revolucionária nas alturas pondo Rodriguez, graças a ação de Evo Morales e o MAS que garantiram que se reuni-se no Parlamento em Sucre e com seus deputados levantando as mãos para designá-lo presidente, e dando-lhe imediatamente 150 dias de trégua para que convoque as eleições.

Sem efeito, tem ficado latente uma situação pré-insurrecional das massas e por cima vai amadurecendo uma crise política no regime de Rosca: as disputas das frações burguesas se reiniciaram. Dentro do parlamento fantoche discute o MAS e o NFR que querem que Rodriguez termine seu mandato até 2007, que renunciem os atuais

parlamentares e que se convoque a Assembléia Nacional constituinte e o MNR, MIR e ADN que estão contra isto.

O debilitadíssimo governo de Rodriguez está sustentado na trégua que lhe tem dado Evo Morales e as direções reformistas, porém, fundamentalmente, no imperialismo, nas lacaias burguesias latino-americanas, e na burguesia castrista cubana. Por essa razão os governos de Lula, Chávez, Kirchner, Lagos e Toledo, criaram o chamado “anillo energético”, que não é mais do que um plano econômico, político e até militar para rodear e estrangular à revolução boliviana se esta avançar mais adiante. Todos eles estão comandados desde a OEA pelo carniceiro Bush, o massacrador do povo iraquiano e das massas do Oriente Médio. A burguesia brasileira, que tem fortes investimentos na Bolívia com a Petrobrás – que atua com o verdadeiro “barreminas” e encabeça de praia das petroleiras yanques, francesas, britânicas e espanholas – joga um rol central na política de cerco a heróica revolução boliviana.

A todas as organizações operárias, camponesas e estudantis: Propostas dos trotskistas diante do congresso da Assembléia Popular Original de 23 de julho.

A única forma de romper a trégua que as direções impuseram, é colocar em pé já este organismo centralizador das massas em luta, o congresso nacional dos delegados de base da Assembléia Popular Original e suas milícias, um verdadeiro poder operário e camponês contraposto ao governo de Rodriguez, o parlamento e o regime de Rosca que tem ficado deslocado. Não há então tarefa mais urgente que impulsionar assembléias de base de todos os setores, de todas as organizações operárias, camponesas e

estudantis, que elejam delegados de base com mandatos revogáveis à Assembléia Popular Original de 23 de julho. Os assinantes desta declaração chamam aos operários e jovens revolucionários e a indomável COR do Alto a tomar em suas mãos essas propostas e moções e combater por elas:

- 1- Para poder enfrentar e derrotar a trégua: constituir um verdadeiro congresso nacional operário e camponês da Assembléia Popular Original. Para isso organizações operárias, camponesas e estudantis devem eleger seus delegados de base, com mandatos revogáveis, para que sedie com a mais ampla democracia direta. Que este congresso não pode acontecer em outro lugar que não seja o quartel general da revolução: a COR do alto, e que possa ser aberto para todos os operários, camponeses, estudantes lutadores para que possam escutar o que seus delegados discutem e resolvem neste congresso.
- 2- Que uma das primeiras tarefas deste congresso seja desconsiderar ao parlamento fantoche da burguesia e a seu governo e proclamar ao Congresso Nacional da Assembléia Popular Original como o único poder legítimo da Bolívia. Quem pode duvidar que este congresso nacional operário e camponês de delegados de base constituído terminaria de quitar-lhe toda legitimidade ao poder burguês e romperia a trégua que deram a Rodriguez, o amigo do assassino Goni!
- 3- Que o congresso convoque a todos os deputados do MAS e

MIP para que deixem de apoiar o novo governo de Rosca como ontem apoiaram Mesa, a que abandonem as seções do parlamento fantoche dos assassinos do povo e saqueadores da nação, e se incorporem como delegados do Congresso da Assembléia Popular Original, se têm horror de serem eleitos por operários e camponeses revolucionários das organizações que representam.

- 4- Enquanto o governo ilegítimo de Rodriguez e seu parlamento, com frases inócuas, prometem eleições e "democratizar" as instituições dos exploradores totalmente desprestigiadas e odiadas pelas massas, de forma cínica mantém o plebiscito autônomo de Santa Cruz para agosto e, instaladas aí e armados até os dentes, as bandas paramilitares e fascistas das petroleiras e de Rosca.

Este é o engano sobre o qual se assenta a trégua atual outorgada pelas direções das massas em luta. Enquanto tanto as classes dominantes e Rosca não se tomam nenhum dia, nenhum segundo, de trégua para explorar as massas, entregar a nação e armar-se até os dentes.

Com pleiteara a COR do Alto durante os 16 dias de heróica luta, o Congresso operário e camponesa teria a faculdade de chamar já a recrutar a todos os reservistas operários e camponeses, aos que protagonizaram o avanço do combate nas barricadas e os cortes de rotas, a alistar-se para construir uma milícia operária e camponesa nacional e centralizada pela Assembléia Popular, para dissolver e colocar em debandada as bandas fascistas comandadas pelas petroleiras de Santa Cruz.

5- Logo do massacre protagonizado pelo exército de Rosca e sua casta de oficiais em outubro de 2003, ontem Mesa e hoje Rodriguez estão preservando a esta casta de oficiais para utiliza-la na primeira oportunidade para voltar a massacrar o povo.

A casta de oficiais é a representante de Rosca nas forças armadas. Sua existência põe em grave perigo a vida de centenas de milhares de lutadores operários e camponeses.

A luta pela revolução proletária é a luta para ganhar a base do exército. O congresso operário e camponês teria uma enorme autoridade, como único poder legítimo da ampla maioria da população boliviana, para convocar a todos os soldados e suboficiais a desconsiderar a seus oficiais, -- que massacraram a mais de 100 operários e camponeses, e inclusive a soldados que se negaram a disparar contra o povo em outubro de 2003 --, a construir comitês de soldados rasos e suboficiais, e a que estes elejam seus delegados e se incorporem com uma representação democrática a este congresso nacional operário e camponês.

6- Este congresso constituído pode chamar a desconhecer todos os contratos e acordos firmados com todas as empresas petroleiras e de gás, decretando a nacionalização sem pagamento e sob o controle dos trabalhadores de todos os hidrocarbonetos, as minas e todos os recursos naturais; chamando a tomar as empresas,

os poços petroleiros e gasíferos e colocando-os a funcionar sob a administração direta e controle dos operários. Nacionalização da banca sem pagamento sob controle dos trabalhadores e a criação de um banco estatal único que outorgue créditos baratos ao pequenos camponeses e comerciantes.

7- Que o congresso das organizações operárias e camponesas resolva a entrega das melhores terras aos camponeses e o livre cultivo da coca. Que garanta o pão, o trabalho para todos e o salário digno aos operários com o aumento de salário e a escala móvel de salários e de horas de trabalho, que garanta a saúde e a educação públicas, gratuitas e de qualidade para os trabalhadores e o povo pobre. Que resolva romper com o FMI e que não lhe pague um só centavo mais ao imperialismo pela dívida externa.

8- Que o congresso das organizações operárias e camponesas da Bolívia chame a seus irmãos de classe de todo o continente a impulsionar a luta comum internacionalista, que comece por enfrentar ao "anillo energético" de cerco da revolução boliviana realizada por Lagos, Lula, Kirchner, Toledo e Chávez sob o mando da OEA e o carniceiro Bush, que considere que todo o apoio a estes governos é uma traição à revolução boliviana porque os mesmos são serventes da Shell, a Repsol, a Petrobrás, a Exxon, a Totalfina e demais empresas imperialistas que saqueiam a nossos povos da América Latina e massacra, ao heróico povo iraquiano. Uma verdadeira aliança operária e camponesa continental somente se conseguirá sobre a

ruína dos governos e regimes lacaios de Kirchner, Vázquez, Lula, Toledo, Lagos, e demais serventes do imperialismo e da Petrobrás, como sucedia com o servente do imperialismo Gutierrez do Equador derrubado pela luta operária e camponesa. O objetivo de todo congresso internacional operário e camponês não pode ser outro que o de rodear a Bolívia operária e camponesa, em luta por construir uma Federação de República Operária/Camponesa da América Latina, objetivo oposto a que propõe os serventes do imperialismo no continente, como Lula, Kirchner, Lagos, Tabaré Vázquez, e o do mesmo Chávez que, com o petróleo venezuelano, alimenta o maquinário de guerra anglo-yanqui no Iraque.

O encontro continental convocado para agosto só será progressivo e um enorme passo adiante se põe a serviço desta tarefa.

9- Que o Congresso das organizações operárias e camponesas da Bolívia chame a seus irmão de classe de toda a América Latina e do mundo a tomar em suas mãos, desde o Alasca e EUA até a terra do fogo, desde de Portugal até as estepes Russas, no Oriente Médio, Ásia, África e Oceania, o programa pelo triunfo da revolução operária e camponesa na Bolívia, porque assim surgirá um quartel revolucionário a serviço da luta pela revolução mundial. Que o congresso chame as heróicas massas antiimperialistas venezuelanas a que ponham em mãos da milícia operária e camponesa boliviana os 100.000 fuzileiros

Kalashnikov que tem comprado Chávez e o estado burguês venezuelano, porque em mãos da milícia operária e camponesa boliviana estão as garantias de que o imperialismo não avançará nem sobre nenhuma luta antiimperialista de nenhuma nação oprimida.

10- O congresso operário e camponês da Bolívia exige que Cuba reconheça como único poder da Bolívia este congresso constituído operário e camponês, porque com o triunfo da revolução boliviana e sua extensão a toda a América Latina, estará a melhor trincheira de defesa de Cuba atacada pelo imperialismo.

11- O congresso da Assembléia Popular Original, assim constituído e com estas resoluções, terá criado então as melhores condições para terminar de demolir o regime de Rosca e seu governo, e avançar a impor um governo operário e camponês, apoiado na organização das massas em luta e sua democracia direta.

Os trotskistas internacionalistas que firmam esta declaração comprometem-se a lutar por este programa e chamamos a todas as organizações operárias e camponesas a que rompam as tréguas e os pactos que sua direções lhe concedem aos governos e regimes na América Latina, a que façam seu este programa, e demonstrem se combata nos fatos, e não com palavras, pela unidade operária e camponesa continental, que somente se conseguirá sobre a ruína dos governos e regimes lacaios e demais serventes do imperialismo e das petroleiras, e por meio da total independência deles e de toda variante burguesa das organizações operárias e camponesas.

Os trotskistas internacionalista firmantes dessa declaração colocaremos todas as nossas forças para que triunfe a revolução operária e camponesa na Bolívia, lutando por construir um partido mundial da revolução socialista, para colaborar com as massas revolucionárias na Bolívia e para levar sua luta ao triunfo, e devolver-lhes a direção que se merece.

**Agrupação operária estudantil
"Outubro Vermelho
Internacionalista" da Bolívia
4 de julho de 2005.**

**Como instrumento de poder dos
pobres**

**A COR e a FEJUVE anunciam a
consolidação da Assembléia
Popular Original
Atualizada em 29-06-2005**

Redação APA

A partir do **próximo 23 de julho em uma reunião se desenvolverá na cidade de Cochabamba, o organismo de poder que se converterá em uma organismo nacional.** Conformação da assembléia haveria ocasionado processos legais contra dirigentes do COR do Alto.

O Alto, (APA) – Os dirigentes da central operária regional (COR) e da Federação de Juntas Vicinais (FEJUVE) do Alto estão decididos a consolidar a Assembléia Nacional Popular Original, organismo que se criou na crista do conflito social de maio e junho como uma alternativa de poder dos movimentos sociais que demandaram a nacionalização, recuperação total e industrialização dos hidrocarbonetos no marco da agenda de outubro.

A consequência da organização dessa Assembléia que

desconsiderou ao governo presidido pelo Ex-mandatário Carlos Mesa, quatro dos dirigentes da COR são objeto do início de um processo jurídico cuja acusação vai desde conspiração até associação de delito.

Abel Mamani, presidente da FEJUVE manifestou que a organização que dirige e se constitui em uma das organizações que conduzem a Assembléia Popular Original, não deixará de lado a tarefa para que este organismo onde participam a Federação de Mineiros, a Central Operária Boliviana (COB), a Federação Departamental Única de Trabalhadores Camponeses de La Paz "Tupaj Katari", os professores urbanos e rurais e os gremiais.

Mamani informou que na reunião se desenvolverá no Próximo 23 de julho na cidade de Cochabamba, onde assistiram representantes de todos os movimentos sociais da Bolívia, a FEJUVE pleiteará que se converta em um organismo nacional de poder dos pobres do país.

O dirigente da Fejuve, a tempo quer assegurar que a articulação da assembléia originou que quatro dirigentes serão processados juridicamente, dijo que espero a qualquer momento que também lhe chegue uma intimação, em vista de que ao presidente das deliberações da Assembléia Popular Original.

**Consolidação da assembléia
populares**

Gerardo Bustamente, secretário geral da COB, manifestou que os trabalhadores altenhos tem a obrigação de consolidar a Assembléia Nacional Popular Original em vista que a iniciativa foi pleiteada em dos ampliados da máxima organização dos trabalhadores altenhos, onde se estabeleceu que os pobres do país nas mobilizações executadas em maio e junho deveriam formar seu instrumento político de poder

que permita ansear pelo controle do estado.

Explicou que a iniciativa foi pleiteada depois de analisar os resultados das jornadas da denominada Guerra do Gás de outubro de 2003, onde o erro central que cometeram os movimentos sociais foi não conformar seu instrumento político e por essa razão nas eleições municipais e o Referendum, os partidos políticos e alguns agrupamentos cidadãos aproveitaram em seu benefício os movimentos de outubro.

Basicamente coincidiu como Mamani ao pleitear que em uma reunião que se desenvolverá em 23 de julho pleitearão a plena vigência da Assembléia Popular Nacional Original como um instrumento dos movimentos sociais.

Aos camaradas do POM, CCR e Oposição Operária:

Os assinantes desta carta não aderem a vossa declaração sobre a Bolívia que nos enviaram no final de 28/06/05. Nossas diferenças centrais para não fazê-lo, não estão nas questões que fazem a vossa definição de "crises de superprodução" -- definição a que já respondemos em nossa carta de 23/06/05. Esse não é o problema que tem vossa declaração, no que faz a possibilidade de assinala em conjunto. Não a assinamos pelas seguintes considerações:

- 1) Vossa declaração não denuncia nem combate a frente popular concretamente, que esta representada pelo governo de Rodriguez e Evo Morales,

e a colaboração que, por esquerda, recebem por parte de Solares, Quispe e o POR e sua política de colaboração de classes, que impuseram de fato uma nova trégua, usurpando provisoriamente, uma vez mais, o combate as massas revolucionárias da Bolívia.

- 2) Assim, enquanto vossa declaração abre a possibilidade de que "pela experiência de constantes enfrentamentos das massas em curtíssimo espaço de tempo", se leve a cabo nos próximos combates a revolução socialista boliviana "como exceção"; ao não enfrentar vocês com claridade e firmeza a frente popular e a sua pérfida política de colaboração de classes na Bolívia e a nível continental, não tentam definir quem sustenta hoje ao governo de Rodrigues e o parlamento fantoche: os que o fazem são as burguesias latino-americanas e em primeiríssimo lugar o governo de Lula, comandados por essa cova de bandidos que é a OEA e pelo carniceiro Bush, com a colaboração inestimável do stalinismo e de todas as burocracias traidoras do continente americano.

- 3) Por este motivo, enquanto vossa declaração se denuncia corretamente as bandas fascistas e se pleiteia, também corretamente a luta pelas milícias operárias, vocês não vêem que está --a do fascismo-- é uma política que é a outra cara da moeda da frente popular com o que se tenta desmobilizar as massas e embuti-las de pacifismo. Vocês não pleiteiam portanto que para derrotar a política do fascismo

há que derrotar a política de colaboração de classe de frente popular que é o que tem imposto essa verdadeira trégua impedindo as massas que construam a milícia, afastem o fascismo, e preparem através de suas organizações de massa a uma insurreição triunfante que derrote o governo e o regime de Rosca.

4) Camaradas, vossa declaração nem sequer menciona a Evo Morales, nem a Solares e Quispe, nem muito menos ao POR que, tragicamente, é visto pelas massas operárias e camponesas em luta como o trotskismo boliviano. Lamentavelmente, vocês silênciam o pérfido rol do pablismo na Bolívia em 1952, em 1971 e também o que esta jogando agora. Muito mais quando pleiteiam, sem nenhum tipo de caracterização, que estaria pleiteada a “revolução socialista como exceção na Bolívia”, entre outras coisas, “pela própria história do trotskismo neste país”.

5) Os assinantes dessa declaração que são vocês, camaradas, estão no Brasil. Tendo o governo de Lula como presidente e a empresa da Petrobás como uma das maiores saqueadoras de gás, e o petróleo boliviano e ponta de lança das petroleiras imperialistas, vossa declaração não denuncia esta questão, nem muito menos denuncia o rol do PSOI e da direção do PSTU e da Conlutas, de não chamar a

nenhuma ação verdadeiramente internacionalista e nacionalista da classe operária brasileira e latino-americana contra o regime de Rosca e em apoio da luta revolucionária dos operários e camponeses bolivianos.

E mais, vossa declaração nem sequer menciona nem denuncia ao Fórum Social mundial. Este ponto nos parece realmente débil em vossa declaração, posto que sem derrotar estas direções, as organizações operárias e populares do mundo não poderão estar a altura do combate dos explorados da Bolívia.

Bem, estas são as considerações pelas quais não assinamos vossa declaração sobre a Bolívia que recebemos em 28/06/05.

Pese a isso, queremos explorar as condições para avançar, por lado debatendo estas diferenças, e desta vez tentando dar respostas comuns frente a novos acontecimentos.

E que pese a trégua dada por Morales por um lado, e pelo outro pela Assembléia Popular Original (é dizer, por Mamani, Solares, Quispe, Patana e o POR), para poder conter pela esquerda estes últimos sem tem visto obrigados a chamar um congresso com delegados dessa assembléia popular para o dia 23/07/05.

É dizer, ao tentar conter pela esquerda a pressão radicalizada das massas, devem chamar a este congresso, pero tratando de tentar que este não termine construindo um organismo de duplo poder das massas em luta – o único capaz de

organizar uma milícia centralizada a nível nacional --, tentando transformar em um encontro deliberativo e não em congresso que será capaz de construir o soviete nacional e a milícia organizada.

Por outro lado, devem saber que se tem instalado no Alto uma delegação O Trabalho e seus congêneres franceses do PT e de sua "Associação Internacional dos Trabalhadores e Dos Pobres" (AIT): e da corrente de Alan Woods. Quer dizer, uma delegação de "a esquerda" dessa cova de bandidos do Fórum Social Mundial para poder instalar ali uma cabeça de palha e de desembargo do FSM, ao que o fizeram na Argentina em 2002.

Frente ao fato de que Morales, Fidel Castro e Chávez já já estão desprestigiados diante as massas revolucionárias pela trégua aberta que deram a Rodriguez, estes necessitam dos liquidadores do trotskismo para que em seu nome desembarquem no Alto, camuflando-se sob o chamamento feito pela AIT lambertista, em convivência com o POR de Lora (que segundo parece, para vocês não existe), e com Alan Woods, a um "Encontro Continental em defesa dos hidrocarbonetos" para 12, 13 e 14 de agosto. Como vemos, as forças com as que conta o POR de Lora não são somente as dos militantes que este tem na Bolívia, senão das que vem do apoio que tem dos fortes partidos dos liquidadores do

trotskismo em todo o mundo, para estrangular a revolução boliviana. É como se o velho comitê internacional de Lambert, Lora, Healy e Altamira se tivessem constituído para estrangular a revolução boliviana! O FSM os tem disciplinado e voltado a unir-los!

Camaradas, frente a isto, não se pode mirar para outro lado. O trabalho da CUT, é o melhor porta voz da burocracia pelega da CUT, e é um dos organizadores desse encontro continental. Nós temos escrito uma proposta frente a ambos congressos de 23 de junho da ASPO; e o encontro continental de agosto porque estamos convencidos de que as forças são e principistas do trotskismo teremos que decidir a respeito. Se trata de facilitar-lhes as massas a superação destes novos obstáculos no caminho de conquistar os sovietes e as milícias operárias e camponesas na Bolívia, e uma passo, levam a vanguarda combativa aos pés dos regimes e governos burgueses. Assim junto as declarações de convocatórias aos respectivos congressos de julho e agosto na Bolívia lhes estamos enviando uma declaração elaborada pelo ORI da Bolívia e a qual aderem o CWG da nova Zelândia, a LOI-CI da Argentina, a LTI do Peru, o COPOI do Chile e que tem o acordo em geral dos camaradas da FT do Brasil.

A colocaremos a vossa disposição e esperamos desde já conhecer vossa opinião a respeito da mesma. Por que a não duvidá-lo: a revolução e o teste supremo para as correntes que

nos reivindicamos
revolucionárias.

Dave Brown, pelo CWG Nova
Zelândia
Carlos Munzer, pela FTI-CI

Propostas de pontos programáticos - FTI-CI

- 1) Em defesa da teoria da Revolução Permanente e do Programa de Transição, combateremos os renegados do trotskismo que tem abraçado a falsa teoria stalinista da revolução pois estavam anunciando mais ou menos abertamente que nos países semi-coloniais e coloniais a classe operária deve subordinar-se a burguesia nacional para primeiro derrotar o imperialismo, e recente então em uma Segunda etapa estará traçando a luta pela revolução operária e socialista. Apóiam as burguesias nacionais como tem feito hoje com Chávez em Venezuela e o fazem hoje com Palácios no Equador. E na Argentina, Brasil e Bolívia atuam como críticos “de esquerdistas” e como grupos de pressão sobre o governo de Kirchner, Lula e mesa, atuando, a dizer de Trotsky, como “capituladores de Capituladores”. Combateremos aos liquidadores do trotskismo que tem roto (rasgado) abertamente com o Programa de Transição, enquanto falam de socialismo e revolução nos dias de festas, todos dias se limitam a levantar um programa mínimo, renegando desta forma a luta pela revolução e pela tomada do poder pelo proletariado.
- 2) Reafirmamos que hoje, como ontem, entre stalinismo e trotskismo há um rio de sangue; o mesmo rio de sangue que hay entre a contra- revolução e a revolução.

Por isto, denunciemos e combatemos os liquidadores do trotskismo que na Europa se subordinam a aristocracias e burocracias operárias pôr em pé partidos únicos da “esquerda anti-capitalista” com stalinistas, burocratas, sindicais e reformistas de todo pelagem.

Denunciamos abertamente a postura que está montando a burocracia castrista, com a colaboração dos renegados do trotskismo dos Estados Unidos, de Alan Woods e sua Tendência Marxista Internacional, do MST da Argentina e a UIT-C, entre outros, em pie com Célia Hart Santamaría uma ala da burocracia que se diz “trotskistas”, e que tenta utilizar as limpas bandeiras do trotskismo para passar sua política contra- revolucionária e de colaboração de classes na América latina e os Estados Unidos, e para encobrir “por esquerda” os negócios que está fazendo a burocracia preparando a restauração capitalista em Cuba e sua própria reciclagem em burguesia.

- 3) Reafirmamos o caráter internacional da revolução proletária, e afirmamos que a imposição da restauração capitalista e os ex-estados operários a partir de 1989 e a trágica e definitiva refutação histórica da falsa teoria stalinista do “socialismo em um só país”. Reafirmamos que, como decidiam os bocheviques-leninistas en los 30, a tomada do poder pelo proletariado em um país, sobre o caráter da revolução é internacional. O proletariado se que triunfa em um país deve fortalecer sua ditadura nacional com a construção socialista que forçosamente será incompleta e contraditória basta que a classe operária faça do poder em ao menos uma série de países imperialistas. Ao

mesmo tempo, o proletariado vitorioso em um país deve por todos seus esforços em expandir a revolução socialista a outros países. Só uma decidida atividade revolucionária poderá resolver a contradição entre o caráter nacional da tomada do poder e o caráter internacional da revolução socialista.

Os acontecimentos do último período e os novos que estão sucedendo na América Latina não fazem mais que reafirmar este caráter internacional da revolução, mostrando que tem um único processo da revolução Latino Americana da qual Argentina, Bolívia, Equador, etc., não são se não como eles, como também a luta pela revolução política em Cuba.

Contra os liquidadores do trotskismo que não falam de uma "Europa democrática e social", e uma "Europa dos trabalhadores" sobre que tem sua limitação no Oriente da Alemanha e que cinicamente deixa no olvido dos povos oprimidos desses continentes, afirmamos que a experiência dos últimos anos demonstra com clareza que a classe operária alemã, francesa, inglesa, italiana, etc., no poderão liberar-se mesmo assim não é o concurso a estreita unidade, e tomando como próprias as demandas dos povos Basco, irlandês, kosovar, checheno, oprimidos por suas próprias burguesias imperialistas e pela nova burguesia russa. Não possam fazer senão unidade com os outros trabalhadores e os explorados dos ex-estados operários do Oeste e Rússia em luta pela restauração da ditadura do proletariado desprezando formas revolucionárias, e em unidade com

os trabalhadores e camponeses do mundo semi-colonial explorado e espoliado por suas próprias burguesias imperialistas.

Afirmamos que são direções contra-revolucionárias das massas que a cada passo dividem, dessincronizam, a luta da classe operária a nível internacional, levando os trabalhadores das potências européias e dos Estados Unidos a sua subordinação as burguesias nativas.

Não haverá então socialista internacional sem uma organização revolucionária mundial que possa sincronizar a luta revolucionária da classe operária dos países imperialistas, do mundo semi-colonial, e do ex-estado operário, derrotando as direções traidoras. Voltar a por em pé esse partido mundial da revolução socialista esse combate de quais conformamos o Comitê de Enlace, que lutamos por uma Conferência internacional com centralismo democrático dos trotskistas principistas e as organizações operárias revolucionárias.

- 4) Reafirmamos a luta revolucionária pela conquista do poder e a implantação da ditadura do proletariado como único meio para transformar a sociedade capitalista na sociedade socialista. A luta revolucionária das massas ontem na Palestina, Argentina, hoje em Bolívia e Equador, confirma que quando começa em um país uma situação pré-revolucionária, o eixo do programa e da ação dos revolucionários deve ser luta por em pé, desenvolvimento, estender, centralizar os organismos da democracia direta e de auto-determinação das massas em luta e conquistar seu armamento, e dizer, por em pé os soviets para que saia

os órgãos da insurreição proletária e logo, os órgãos do poder.

Estas experiências mostram também, contra os renegados do trotskismo que as utilizam como um cabresto jogando aquele proletariado, que as consignas mínimas e democráticas devem ser sempre episódicas e utilizadas só entando e quanto contribuam o desenvolvimento a mobilização revolucionária das massas, sua auto organização e seu armamento, e as acerque e a insurreição e a tomada do poder.

Em os países coloniais e semicoloniais as consignas democrático-revolucionarias e antiimperialistas centrais são a ruptura com o imperialismo e o problema da terra, questões que só pode ser resolvidas na integra efetivamente com a imposição da ditadura do proletariado.

O achatamento o sangue e fogo da classe operária e o povo palestino; o estrangulamento da luta revolucionária das massas em Argentina; a contenção que cada passo os impõe aos operários e camponeses em Bolívia, e os atuais acontecimentos em Equador por ao vermelho vivo, como parte da luta pelo partido mundial da revolução socialista, o combate por em pé o partido revolucionário, trotskistas, internacionalistas e insurreccionais em cada país, capazes de conduzir as massas a vitória.

- 5) Reafirmamos e reivindicamos a luta contra as aristocracias e burguesias Operárias de todo tipo, pela mais ampla democracia operária, contra a estatização dos sindicatos e das organizações operárias, e por uma direção revolucionária dos sindicatos.

Em a experiência viva da intervenção em comum em o processo da CONLUTAS em Brasil, e da intersindical em Argentina, temos conquistado um programa e uma

luta contra a subordinação dos sindicatos ao estado burguês, contra toda intervenção do estado, seus ministérios de trabalho, suas conciliações obrigatórias. Por atirar abaixo a burocracia sindical, e por mais ampla democracia operária, a das assembléias soberanas dos trabalhadores e sua votação a mão alçada. Um programa que rechaça um combate tanto os intentos sectários da burocracia sindical sobre a ampla maioria da classe operária.

Temos conquistado um programa de luta por aqueles dirigentes sindicais ganham um salário médio de operários que representam, que saem revogado em qualquer momento pela assembléia de base, e que quando finaliza seu mandato não possam ser reeleitos e voltem a trabalhar. Um programa de luta para por em pé comitês de fabrica e piquetes de greve, que são os únicos que possam unir os trabalhadores efetivos, contratados, em negro, por agencia, sindicalizados o não, a de ser, organizar as capas mais exploradas do proletariado, junto as necessidades da luta das massas. Um programa d luta para por de pé cada combate do operário. É dizer, um programa de luta por uma direção revolucionária dos sindicatos que impulse uma estratégia soviética para o proletariado.

- 6) A experiência recente e trágica da Palestina, do Iraque, e da Venezuela, mostra que as burguesias nacionais das colônias e semicolônias, como sócias menores do imperialismo, podem baixar determinadas circunstâncias, e tentar regatear sua fatia dos negócios e da mais-valia arrancada ao proletariado. Inclusive, para ele, pode utilizar como chantagem ao imperialismo ao amenizar da mobilização das massas. Sobre como classe possuidora temem mais que nada a revolução proletária, e por ele terminam sempre aliada com o imperialismo contra as massas.

Reafirmamos então a tese centra da Teoria da Revolução Permanente de que só a classe operária como caudilho das massas camponesas e da nação oprimida, pode resolver na integra e efetivamente as tarefas da ditadura do proletariado. A aliança

operaria e camponesa só pode realizar-se lutando irreconciliavelmente contra a influência da burguesia nacional-liberal.

Reafirmamos que nós revolucionários não teremos problema em impulsionar as mais amplas unidades de ação antiimperialista que signifique ainda que seja um pequeno passo adiante na luta das massas contra o imperialismo, sobre mantendo sempre a mais absoluta independência política, programática e organizativa, e um firme oposição e intransigência ante toda corrente burguesa, isto esta a um Milhão de vocês mais sim esta no governo. Frente a uma agressão militar imperialista a um país colonial e semi colonial, nos ficamos no terreno militar da nação oprimida, e isso significa nenhum tipo de apoio político a burguesia nacional e seu governo.

Reafirmamos que baixo nenhuma circunstância os revolucionários podemos dar apoio político a um governo burguês, posto que isso significa renunciar a luta por seu derrocamento revolucionário e pela imposição de um governo operário e camponês baseado na auto-organização e o armamento das massas, o único que pode resolver na integra e efetivamente os fins da revolução democrática-emancipação nacional e o problema da terra e avançar em ataque ao direito de propriedade para resolver as demandas mais estimulante da classe operária e das amplas massas exploradas.

7) Reafirmamos a defesa da revolução cubana frente ao imperialismo, sobre também frente a contra-revolução

interna. Defendemos a Cuba frente ao imperialismo com os métodos da luta revolucionária de classe, é dizer, com a luta revolucionária e antiimperialista dos operários e camponeses da América Latina, dos Estados Unidos e do mundo. Denunciamos e enfrentamos a política internacional contra-revolucionária e de colaboração de classe da burocracia castrista que busca estrangular o combate dos exploradores da América Latina e dos Estados Unidos para poder consumir a restauração capitalista e sua própria reciclagem em burguesia.

Contra a contra-revolução interna, lutamos por uma revolução política que derroque a burocracia castrista e que imponha uma verdadeira democracia operária baseada no consenso dos operários, camponeses e soldados e nacionalizada, o monopólio do comércio exterior e a economia planificada democraticamente pelos operários e camponeses, e transformar a Cuba em um bastão de luta pela revolução latino-americana, norte-americana e mundial. Lutamos por abaixo a burocracia com suas coordenações, categorias, medalhas e privilégios !; para que todos burocratas voltem a trabalhar cobrando o salário médio de um operário cubano em peso cubano; para terminar com os salários diferenciados, os prêmios por produção, etc. em as empresas mistas e imperialistas, por maior igualdade salarial em todas as fabricas e empresas do país. Lutamos para terminas com o sistema das dos moedas-expressão da crise da economia de transição e do avanço do plano de restauração capitalista e para impor um regime de economia de transição baseada nos soviets e e na mais ampla democracia operária para controlar o mercado, retomando a

estratégia leninista de eletrificação, mais soviets, mais revolução mundial”.

O levantamento revolucionário dos operários e camponeses de Kiguiztán; a continuidade da heróica resistência do povo checheno massacrado e oprimido pela burguesia grande russa, a resistência duríssima que já começando a classe operária chinesa em os buracos da escravidão onde tem confinado, mostra que o combate pela revolução política em Cuba, é inseparável da luta por uma nova revolução social que em China, Rússia, a ex-República soviética, os estados do Oeste da Europa, etc. entregados pelo stalinismo a restauração capitalista derroque os regimes e governos burgueses restauradores, e imponha a restauração da ditadura do proletariado baixo formas revolucionárias. Tarefa fundamental que tem que ser escrita nas bandeiras de combates do proletariado mundial, e em particular, nas do proletariados das potencias imperialistas européias e dos Estados Unidos.

8) Reafirmamos a concepção leninista de que o regime interno esse produtos do programa e a política que esta defende; que faz um vínculo indissolúvel entre programa e regime interno. O regime centralista burocrático das correntes oportunistas liquidadores do trotskismo, não é mais que a expressão no terreno da organização de sua adaptação aos regimes burgueses e as direções traidoras, de seu abandono do programa marxista e da luta pela ditadura do proletariado e a revolução mundial.

Democracia interna e plena liberdade na discussão para que haja educação revolucionária; unidade completa na ação, para que haja ação revolucionária, com os princípios do centralismo democrático leninista.

Reafirmamos que *“a democracia partidária é um pré-requisito necessário para o plano o são desenvolvimento dos partidos proletários revolucionários tanto na escala nacional como internacional. Não faz partido revolucionário sem liberdade de crítica, sem a eleição dos funcionários desde abaixo para cima, sem o controle do aparato pela base”*.

“A necessidade de manter o segredo em condições de igualdade cabe completamente a forma de funcionamento da vida interna de um partido revolucionário e fazer difíceis, senão impossíveis, a discussão ampla e as eleições. Sobre ainda as condições e circunstâncias mais difíceis mantendo toda sua vigência os requisitos básicos de um regime partidário são: informações honestas sobre o partido, liberdade de vigência e um real unidade interna entre a direção e a maioria partidária”(*“A declaração dos quatro: sobre a necessidade e os princípios de um nova internacional, 26/08/1933”*).

5 de maio de 2005.

**Para um balanço da Pré-Conferência de Buenos Aires,
SEGUNDA REUNIÃO DO Comitê de Enlace por uma CONFERÊNCIA De
TROTSKYSTAS
PRINCIPISTAS
(texto em comum entre CC-POR de Argentina e de grupo CRI da França)**

Maneira de esclarecer a introdução

Considerando que nós estamos publicando este texto no meio de junho de 2005 (E o Encontro do comitê de Enlace de Buenos Aires foi feito 1 e 2 de fevereiro, e o acordo entre as duas organizações em dar forma a sua aproximação política em um documento comum data de 6 de fevereiro), saltos na vista que o importante atraso no cumprimento da tarefa.

O Mesmo responde a diversas causas, que mais a frente da valorização que acontece com mesmos, corresponde para expor-las objetivamente.

a) uma preocupação de ambas as organizações respeita o um que decidiu o resultado amplo um debate interno marinho, que envolva a maioria dos membros possíveis de militantes.

b) uma superposição das tarefas dos quadros que fizeram o trabalho de elaboração, atento que nós compartilhamos do critério de que, neste desenvolvimento das organizações, é fundamental que todos os militantes (incluídos e principalmente), aqueles que ocupam cargos de direção, tenham uma ativa militância em suas próprias frentes de massas.

c) um trabalho de tradução, fator adicional de atraso.

Os dias 1 e 2 de fevereiro de 2005, em Buenos Aires, teve lugar no segundo encontro do comitê de Enlace para uma conferência dos trotskystas principistas e das organizações operárias revolucionárias. Como organizações marxistas, nós devemos fazer um contrapeso na matéria crítico. E o objetivo deste texto escrito em comum pelo CC-POR da Argentina e de grupo CRI da França. Compreende-se como "uma contribuição na discussão no comitê de Enlace com o objetivo a contribuir no progresso para o alvo principal desta chamada, que é: a construção de um centro internacional autenticamente comunista revolucionário e internacionalista." Entretanto, um balanço sério, não pode ser feito se não a través de uma polêmica política rigorosa – jamais diplomática – por momentos dura, mas sempre fraternal- contra as tendências cuja orientação atual nos parece ir em contra desse objetivo; ao menos a respeito de pontos importantes. Todos nós temos estudado por experiência própria, por haver sido expulsos de nossas organizações originais, que é impossível avançar realmente na educação dos quadros revolucionários e da formação de um centro internacional marxista, sem a plena liberdade no debate – implicando necessariamente a polêmica política -, sem a luta de tendências mais aberta, sobre a condição de que se leve adiante seriamente; isto quer dizer, excluindo toda forma de mistura com respeito as organizações que se esforçam em avançar junto até um objetivo comum a todos.

Neste sentido, um balanço sério da reunião de Buenos Aires deve começar por lembrar-se que esta pré-conferência não houve lugar sem, tem algo mais de dez anos, a LOI-CI, nos dias que seguiram os acontecimentos que sacudiram a Argentina, não houvessem tomado a iniciativa de reunir os autênticos revolucionários dispersos em distintos países. Tampouco seria correto calar-se sobre o feito de que esta pré-conferência tampouco tivera sido possível sem o Grupo Bolchevique (França), o CWG (Nova Zelândia), Luta Marxista (Peru) e o GOI (Chile), não houvessem respondido positivamente a este chamado. A respeito, há que destacar o papel importante desempenhado em seu tempo pelo chamado dos 21 pontos, para iniciar a discussão e em primeiro reagrupamento de revolucionários internacionalistas a escala internacional, qualquer que seja por outra parte, suas limitações (sobre este ponto, convidamos os leitores a referir-se as contribuições críticas respeito do chamado dos 21 pontos escritas por cada uma de nossas organizações). De todos modos, é importante destacar o mérito da LOI-CI de ter combatido a posição do GB (que queria proclamar rapidamente o núcleo de uma nova internacional), pondo em pé o Comitê de Enlace, permitindo assim o desenvolvimento livre da luta de tendências, em lugar de ceder ante a tentação auto – proclamatória.

Mas não seríamos marxistas se acreditássemos poder escapar como por um milagre da gigantesca pressão que se exerce sobre todas as organizações do movimento operário, independentemente de sua vontade subjetiva de avançar sobre a via da construção de um centro

internacional comunista e revolucionário. Nossas organizações não vivem em um mundo aparte, inacessível para pressão da sociedade burguesa e da decomposição do movimento operário, ao contrário, também suportamos estas pressões, como pequenas organizações, não somos todavia capazes de dirigir as lutas revolucionárias do proletariado, com o risco em cada momento, de cair sobre o oportunismo ou sobre o esquerdismo. Só um esforço em fazer críticas de nossa própria política e de nossas respectivas orientações dentro do marco da democracia operária, pode permitir contra-restar esta pressão terrível que teremos que afrontar.

Agora bem, durante o encontro em Buenos Aires; se manifestarão, desde nosso ponto de vista, tendências opostas à aquelas que haviam presidido à construção do Comitê de Enlace: "tendências a recair no centrismo" ; que dominaram a tendência inicial de "romper com o centrismo". Estas tendências se manifestarão notavelmente em intervenção da LOI-CI: seu mérito de fazer iniciado o processo, não nos fará renunciar a fazer uma crítica sem piedade: não fazê-lo, seria renunciar a luta pela defesa das conquistas do Comitê de Enlace, seria assistir passivamente a tendência da LOI-CI a recair em centrismo, ameaçando arrastar com ela, a totalidade do comitê de Enlace. Seu balanço crítico têm o sentido, é precisamente porque consideramos que este estágio, com uma tendência de "recair", só se trata de uma tendência de "recaída" que se pode superar, apoiando-se nas conquistas do Comitê de Enlace, sobre o método marxista e sobre os desenvolvimentos da luta de classes.

Neste sentido, esperamos que todas as organizações membros do Comitê de Enlace, se esforcem em ler totalmente nossa contribuição sem buscar finalizá-la em esquemas pré-concebidos. Esperamos que seja traduzida ao conhecimento de todos os seus militantes, para discutir em suas organizações, e , sobre esta base, intervir no debate de fundo, com objetivo de contribuir em fazer progredir a cada uma de nossas organizações e aproximar ao objetivo que temos em comum

I **A pré-conferência: Tem marcado um avanço para o Comitê de Enlace?**

Para apreciar corretamente, com a distância necessária, os resultados da pré-conferência reunida em Buenos Aires em 1 e 2 de fevereiro de 2005, é conveniente recordar em primeiro lugar qual era seus objetivos iniciais:

1- Os primeiros objetivos do Comitê de Enlace:

Os objetivos do Comitê de Enlace se encontram em explícitas e claramente formuladas em texto da ata do encontro fundado em Diadema, escrito por um comitê designado pela conferência, o qual esteve composto por um representante da FTI-CI, do CCPOR Argentina (TCI), do POM (Brasil), do CCR do Brasil e da FT (TCI).

As distintas organizações constataram de comum acordo que "o estado atual das diferenças programáticas e de debates, e o feito de que novas organizações se tem incorporado recentemente ao mesma, não permitia a constituição de um Comitê paritário que convocaram a realização da conferência internacional prevista para dezembro de 2004 no Brasil. Por tanto, se resolveu a constituição de um Comitê de Enlace, sobre a base dos pontos de acordo, as diferenças programáticas e áreas de debates antes mencionadas. Um Comitê de Enlace encarregado d organizar o debate com objetivo de explorar a possibilidade de acrescentar os acordos programáticos superando inclusive os alcançados pelos convocantes originais, porque aq luta de classes assim o requer, e as vezes golpear em comum, com campanhas internacionais, naqueles pontos em que tenhamos acordo".

Recordemos a lista de pontos de acordo nos espaços de debates estabelecidos durante o encontro de Diadema. "dos depoimentos dos distintos participantes surgiram os seguintes acordos":

- Frente ao Iraque e a guerra de agressão imperialista: estamos na trincheira militar de toda nação oprimida agredida pelo imperialismo, por sua vitória militar e pela derrota do mesmo. Lutamos pela direção proletária revolucionária da

guerra nacional e antiimperialista que a transforme no início da revolução socialista nos países oprimidos e no seio da nação imperialista agressora.

Não é revolucionário nem antiimperialista todo aquele que nos países imperialista não esta pela derrota de seu próprio imperialismo e pelo triunfo da classe operária e das nações oprimidas por este mesmo imperialismo

- *Combater contra as direções traidoras da classe operária, social-democrácia, stalinismo, burocracia e aristocracia operária, a grande maioria delas agrupadas na fórum social mundial, que pretende reforma o estado capitalista.*

- *Contra a frente popular e contra os governos os partidos operários- burgueses no poder. Contra toda política de colaboração de classe. Denunciar e enfrentar o rol de contra revolucionário do governo de Lula, e do castrismo, e sua política continental de contensão com que estrangulam a luta revolucionária das massas da América latina e sustentam os governos e regimes lacaios do imperialismo.*

- *Enfrentamento e luta contra os renegados e liquidadores dos trotskismo. Contra o centrismo pseudo-trtskysta que em prática se subordina aos aparatos reformistas, e que, c0omo por exemplo o Brasil, o bem integram com ministros o governo pró-imperialista de Lula como no caso da democracia socialista (secretariado unificado), ou bem atuam como grupos de pressão sobre o mesmo como o PSTU.*

- *A defesa dos princípios e da moral proletária e revolucionária, tal como esta proposto nos 21 pontos no seu ponto 19: "A social democracia, o Stalinismo e a burocracia sindical liquidaram os mais elementares princípios da moral de classe. Os centristas revisionistas e liquidadores da IV Internacional seguem este caminho. O proletariado tem sede franqueza, de honestidade, de devoção da mais ampla democracia operária. Para discutir, para resolver, e para atuar, os trabalhadores e a juventude devem desenterrar as organizações operárias o método introduzido por estas direções tentam dirimir e calar as diferenças políticas no interior do movimento operário mediante a calúnia, as amalgamas e a violência física".*

Em debate, surgiram também os seguintes pontos ao redor do qual se espessaram diferenças programáticas, a saber:

- a) *Método para abordar a realidade e como caracterizar a situação Mundial e a situação concreta da luta de classes (Argentina 2001 Bolívia 2003) a tarefa que se desprendem;*
- b) *Em particular, o IRAQUE, divergências sobre as consignas ARMAS PARA O IRAQUE E BRIGADAS OPERÁRIAS INTERNACIONAIS, ambas expressadas como exigência às organizações operárias do mundo;*
- c) *Sobre a situação do programa atual para a Argentina. Divergências precisas ao redor da declaração ante ao massacre dos mineiros do Rio Túrbio, como está expressados nos textos já escritos.*
- d) *Sobre a tática da FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA, expressada nos materiais já escritos da TCI, FTI-CI, TRINCHEIRA MARXISTA, POM, CCR, e sobre a explicação da Argentina.*
- e) *Sobre a política militar do proletariado, o trabalho ao interior da FFAA (tal como está nos textos escritos da TCI e FTI-CI) em particular, sobre a posição frente a polícia, expressados em discussões concretas sobre a realidade da Argentina, Brasil e Perú.*
- f) *Sobre como devem intervir os revolucionários ao interior dos sindicatos.*
- g) *Sobre o Brasil, a respeito a caracterização do governo Lula, se propôs a divergência de se trata de um governo Burguês pró-imperialista em geral, ou se reúnem as características de uma frente popular. Se propôs um debate aberto sobre de com que programa de ação revolucionária há que intervir para enfrentar o governo e o regime capitalista e todas suas instituições.*
- h) *Todos os participantes reivindicam a luta por construir u partido leninista com centralismo democrático. Sem embargo, há um debate aberto sobre a concepção de partido e centralismo democrático, assim como também ao redor da concepção de construção Internacional.*

- i) *Fica como uma área aprofundar o debate sobre a caracterização de estado operário, degeneração do mesmo e a restauração capitalista.*
- j) *Fica a aprofundar o debate sobre a tribuna moral internacional.*

Os eixos da pré-conferência de Diadema claramente a perspectiva de união e o método para avançar: " *O Comitê de Enlace fixa um novo encontro aos dias 8 e 9 de janeiro de 2005 em Buenos Aires, afim de fazer um balanço dos seis meses de debates transcorridos, há explorar se teve uma suficiente homogeneização programática, como para convocar e poder fechar uma conferência internacional que, sobre a base de um programa claro com maiorias e minorias claras, possa por e pé um centro internacional transitório de reagrupamento dos Trotskistas principistas e as organizações operárias revolucionárias*".

2- A involução da pré-Conferência de Buenos Aires.

Agora bem, recordamos os pontos de acordo da ata de Diadema, resultado fácil de constatar que a pré-conferência de Buenos Aires, não permitiu realizar nenhum avanço, nem em quanto a definição de pontos programáticos de acordo, nem em relação de campanhas comum sobre a base dos acordos já manifestados em Diadema.

E ainda mais, a segunda pré-conferência que levou a cabo **sem sequer poder redigir um documento comum**, registrando os pontos de acordo e aqueles que ficaram pendentes de debate; como se pode fazer na primeira pré-conferência. Este simples eixo marca claramente que a segunda pré-conferência não só marcou um estancamento para o processo do desenvolvimento do Comitê de Enlace, se não uma verdadeira regressão.

3- Por que vê a LOI-CI a pré-conferência como um passo adiante?

a) Um passo adiante... Para quê ?

A direção da LOI-CI e do CWG parecem chegar a conclusões opostas as nossas a respeito da pré-conferência. Afirma que " *esta segunda pré-conferência e resultado são um avanço e nos chamam a realização de um a conferência de organizações Trotskistas Principistas e de organizações operárias revolucionária*" (projeto de ata da pré-conferência de Buenos Aires redigida pela LOI-CI a que subscreveram outras organizações) **(1)**. Mas, quando tentam explicar no mesmo texto em que esta pré-conferência havia sido um avanço em relação aos objetivos do Comitê de Enlace, as direções da LOI-CI e do CWG carecem de fundamentos: " *a segunda pré-conferência permitiu propor uma nova limitação: expressar com clareza as diferenças com um método basicamente ameno a toda alquimia centrista*". Nós tivemos amplamente a oportunidade de ir mais adiante a respeito sobre este balanço " *os métodos* " da FTI-CI.

Pelo momento é suficiente constatar que as Atas da primeira pré-conferência (já reproduzidas) demonstram que " *a expressão clara das diferenças* " Havia sido já realizada em Diadema. Não se pode de nenhuma maneira dizer que a pré-conferência de Buenos Aires foi um " *passo adiante* " em relação ao encontro de Diadema! (1)

b) A nova pré-Conferência ou Conferência ?

Se é que compreendemos bem aquilo que dizem os camaradas deve tratar-se de um " *passo adiante* " havia " *uma Conferência de Trotskistas Principistas de organizações operárias revolucionárias*" (projeto de Ata redigida pela LOI-CI **(1)**. Ainda assim destacam eles mesmos essencialmente a pré-conferência " *a expressão clara das diferenças* " entre as distintas organizações, a direção da LOI-CI (apoiada pelo CWG), repete, sobre uma forma apenas modificada a proposta que já se encontra na ordem do dia, de convocar uma Conferência onde se vote sobre todas as questões, com maiorias e minorias. A ao desacordo expressado pelo CC-POR, mas sobre tudo, ante as reticências formuladas pela OO, e CCR, Trincheira Marxista e POM ; a direção da LOI-CI modificou o término de sua proposta: " *a FTI-CI e o CWG, propuseram na pré-conferência o acrescentamento da democracia operária para o debate sobre este ponto: propuseram que as bases de todas as organizações discutam todas as propostas*" (a continuação indica este texto a modalidade das votações, que tiveram lugar na próxima pré-conferência). Esta proposta é pelo menos curiosa. Em efeito, ante a ausência ao avanço sobre os pontos programáticos (por razões sobre as que terá que perguntar-se), nos leva a pensar para esgotar tempo energias e

dinheiro em uma nova pré-conferência; É dizer em reprodução de uma situação que já se deu duas vezes em dois meses. Seria ir em conta do método aprovado coletivamente pelo encontro do comitê de Enlace em Diadema (citado mais acima das atas de reunião). Isto não conduzirá a nada mas que esgotar as nossas pequenas organizações e desmoralizar nossas organizações.

c) "Votos por maiorias e minorias " ... para quê ?

Talvez objetem os camaradas da LOI-CI e do CWG que o novo de sua proposta e precisamente a idéia de proceder a través de votações, para despejar maiorias e minorias, tanto das organizações que integram o Comitê de Enlace, como de cada uma delas no seu interior. Sem embargo, não fica claro em que medida seria útil para reduzir as diferenças programáticas existentes entre as organizações, a implementação deste método. Por outra parte, em ausência de uma base programática comum, não pode haver centralismo democrático: os votos não podem obrigar as minorias a submeter-se aos votos das maiorias no que concerne a intervenção prática na luta de classes. A LOI-CI tem demais explicitamente precisado depois da pergunta a respeito do CC POR durante a pré-conferência de Buenos Aires. É evidente que tendo em conta os objetivos iniciais do Comitê de Enlace, proceder por votações é pelo menos prematuro. Mas então qual é o objetivo perseguido pelas direções da LOI-CI e do CWG que fazem estas propostas ?

d) Progresso do Comitê de Enlace ... ou construção da FIT-CI ?

A resposta a esta pergunta se encontra no texto já publicado no BID nº 1 do Comitê de Enlace titulado "Perspectivas e desafios do Comitê de Enlace ", redigido pela LOI-CI e logo firmado por outras organizações. Este texto, em efeito, termina falando de um a" Conferência internacional que ponha em marcha um centro internacional transitório com centralismo democrático de reagrupamento dos Trotskistas principistas e as organizações operárias revolucionárias ". A proposta de chamar a uma conferência para o mês de julho (logo rebatizada formalmente como Pré-Conferência) e de proceder através de votos, mostra que a LOI-CI – mudando as palavras frente a reticência das organizações brasileiras – não tem mudado de objetivo; se trata para ela de ampliar rapidamente sua própria organização sem uma preocupação real pelos avanços programáticos no seio do Comitê de Enlace. Deste ponto de vista, se a LOI-CI apresentou como meio para o desenvolvimento da democracia no seio do Comitê de Enlace a idéia de proceder através da votação, está claro que está destinada a assegurar a maioria no interior do Comitê de Enlace. Na realidade a importância das diferenças programáticas constadas em Diadema e remarcadas pela FITI-CI em suas Atas da pré-conferência de Buenos Aires, marca a necessidade de outro método: o Comitê de Enlace deve colocar como trabalho prioritário a discussão programática e, no que concerne as declarações políticas pontuais e as intervenções comuns na luta de classes, não pode funcionar se não sobre a base do consenso.

Precisando: o problema, claro, não é que a FITI-CI não quer construir-se como organização internacional (ainda que por um momento limita-se só na América Latina): é seu justo direito. O problema é que é contrário as resoluções de Diadema e ao espírito do Comitê de Enlace e a tentativa da FITI-CI para subordinar a esse objetivo o encontro de Buenos Aires, em lugar de tentar progressos programáticos reais a passos a diante práticos com as demais organizações do Comitê de Enlace. Isto explica politicamente a regressão realizada durante a pré-conferência, como demonstraremos.

II – " O partido é o programa; ou o programa é o partido ..."

Qual é o método que pode permitir ao Comitê de Enlace avançar até um verdadeiro centro internacional dos Trotskistas principistas e das organizações operárias revolucionárias ?

1) A precipitação oportunista

I A pergunta que surge da pré-conferência de Buenos Aires a respeito da atitude da FITI-CI, é então uma pergunta de método, por tanto de grande importância, de natureza programática. Em efeito, como assina-la claramente o CCPOR em suas teses publicadas antes da pré-conferência: *" É evidente que a possibilidade de **uma visão comum da realidade do caminho para transformá-la em fins revolucionários**, só pode abrir caminho e concretizar-se mediante um trabalho*

*processo, de discussão e ação, que permita conseguir um **HEGEMONIA PROGRAMÁTICA**. Pelo contrário, todo passo apressado que permita suplantar ou esgotar prematuramente dito processo mediante **UMA FALSA HEGEMONIA ORGANIZATIVA**, não acontecerá se não reproduzir o liquidacionismo burocrático que criticamos mais acima”.*

Este é um ponto fundamental de acordo entre CCPOR (TCI) e o grupo CRI, mas também é uma concepção que não somos os únicos a compartilhar. O texto mencionado mais acima “*Perspectivas e desafios do Comitê de Enlace*”, redigido pela LOI-CI, não havia sido firmado por três organizações brasileiras por esse mesmo motivo: “*O POM, TRINCHEIRA MARXISTA E O CCR DO BRASIL NÃO FIRMARAM ESTE ARTIGO porque a construção do partido Mundial da revolução proletária ao igual que a luta pela construção do partido não é o resultado de pontos conjunturais se não da sabotagem histórica do programa marxista*”. (BDI nº 1)

Durante a pré-conferência de Buenos Aires um novo enfrentamento teve lugar sobre este ponto, que significativamente está ausente no projeto de Atas redigido pela LOI-CI...

2) Programa internacional ou programa continental ?

Esta pergunta sobre o método, por tanto programática, traz consigo uma série de outras.

Oficialmente, todas as organizações presentes em Buenos Aires estão de acordo Trotsky como dizer que “... *Em nossa época, que é a época Imperialismo, isto quer dizer da economia mundial e política mundial, dirigida pelo Capitalismo, não pode um só partido comunista elaborar seu programa tendo em conta um grau mais ou menos alto às condições e tendências de seu desenvolvimento nacional...*” (Trotsky, “*A INTERNACIONAL COMUNISTA DEPOIS DE LÊNIN, CRÍTICA DO PROGRAMA DA IC*”, EM ESPANHOL SOB O TÍTULO “*STALIM, O GRANDE ORGANIZADOR DAS DERROTAS*”).

Sem obstáculos, a proposta da ordem do dia feita no ponto 2 **(2)** pelo camarada Carlo Muntzer em nome da LOI-CI a respeito de discutir sucessivamente sobre Cuba, Brasil, Bolívia e Iraque, nega na prática a decisão solenemente aprovada alguns minutos antes!. Em efeito, esta proposta da ordem do dia implicava a eliminação de toda a discussão sobre a situação econômica e política mundial. Esta discussão necessária estava sendo substituída por uma discussão limitada a América Latina e Iraque, passando por alto a situação dos principais centros Imperialistas: EEUU, Europa e Japão. Frente a esta proposta Trotskista – Continental, o grupo CRI respaldado pelo CCPOR, propôs um intercâmbio a respeito das análises de cada organização em quanto a situação Mundial, a tática da frente única operária e Antiimperialista, e a intervenção nos sindicatos, antes de passar a uma discussão mais precisa sobre a Argentina (Os acontecimentos de dezembro de 2001), sobre Brasil (Sobre a política frente ao governo de Lula), e Europa (O grupo CRI apresentou para ser discutido um projeto de declaração concernente ao tratado constitucional europeu).

E seguindo com isto, a ordem do dia finalmente acertada, não foi respeitada (por razões que voltaremos mais a diante): Do feito na pré-conferência não se discutiu em nenhum momento a respeito da problemática européia, como tampouco se fez a respeito dos EEUU. Ademais, salvo a LOI-CI, O CCPOR, o grupo CRI e POM, todos os outros grupos presentes (as outras sessões da FTI-CI, os outros grupos brasileiros) não fizeram mais do que falar de seus países, sobre o Iraque, e sobre

os acontecimentos de San Nicolas (sobre este ponto, nos deteremos mais a diante).

Por suposto é absolutamente normal que como pequenas organizações, tenhamos debilidades e não estamos em condições, todavia, de tomar uma posição fundada, justificada por uma análise científica sobre todas as perguntas. Mais se um partido Marxista Mundial não pode estar fundado sobre um programa Mundial, a incapacidade ou a eleição política da maioria dos grupos de não instalar mais que os problemas de seus países, permitem estimar o caminho que nos resta a recorrer, e confirma quanto prematura seria uma conferência com votos contraditórios.

3) Programa Marxista fundado em uma análise científica ou picoteo chapucero e empírico?

Mas o Trotskismo continental na proposta da ordem do dia da LOI-CI para o desenvolvimento da pré-conferência manifesta um erro todavia mais grave: o empirismo na matéria do programa. É assim que o camarada CM, tentando responder sobre o terreno político a crítica do grupo CRI, manteve que a LOI-CI queria reagrupar os grupos revolucionários observando se há adequação entre análises da situação proclamada por uma corrente e suas consignas; e explicou que se pode ter análises diferentes da situação mas na realidade é o mesmo programa!. Justamente, como disse veemente o segundo dia o camarada B. dos delegados do POM, que não havia se expressado sobre este ponto no primeiro dia. *“ a FTI-CI tem direito de dizer que se pode traçar uma política Mundial para o proletariado sem uma análise da situação Mundial, mas eu tenho direito de dizer que isto não é Marxismo ”.* **(3)** Este camarada tem perfeita razão: desconectar análise científica do Capitalismo da situação e das tarefas políticas, leva a repensar o Marxismo por um empirismo.

Aqui, com respeito de muitos outros temas, a LOI-CI, não tem completado todavia inteiramente sua ruptura programática e metodológica com o Morenismo.

4) A LOI-CI não aprendeu a lição do estouro do coletivo.

A experiência recente do “ coletivo ” constituído sobre a base da “ convocatória dos 21 pontos ” vem a recordar brutaemente a LOI-CI, CWG, GB, e a outras organizações, que não se pode construir nada duradouro sem acordos programáticos reais, que se assentem sobre uma análise da situação internacional e desenvolvendo uma orientação política concreta para a intervenção para a luta de classes. Em efeito, a lua de mel entre essas organizações discançou sobre um enfoque afastado das perguntas tão essenciais como a concepção de partido, a tática da frente única ou até a intervenção nos sindicatos. O caráter tão geral dos 21 pontos (criticado pela TCI e o grupo CRI, cada um para seu lado), e debates consensuais ou interrompidos sem ser levado a cabo permitiram durante meses ocultar provisoriamente os importantes desacordos existentes entre outros entre a LOI-CI e o GB. O caráter “ principista ”, mas abstrato da teoria, levava-se a diante com um método de reagrupamento, que na prática, era oportunista. O GB se contentava com que a LOI-CI reconhecesse no discurso a necessidade de intervir nos sindicatos (ponto 14) e a precisão da política da frente única operária (ponto 16) ... sem criticar abertamente, antes de abril de 2004, o rechaço prático da LOI-CI de por em atos estes dois pontos !. Agora bem, não podemos imaginar, vista a estreiteza de relações das organizações e a experiência dos dirigentes do GB, que este último não tenha caído em conta, entre dezembro de 2002 e abril de 2004, de

que a LOI-CI não intervém nos sindicatos e não propõem uma política de frente única. Por sua parte, a LOI-CI não criticava a política do GB de chamar indiferentemente a votar pelo PS, PC, LO, o PT ou a LCR, política que conheciam desde o começo, já que é uma constante no GB, seja já nesta circunstância como em outras e já que um dos militantes da LOI-CI viveu durante vários meses na França participando na direção do GB. A LOI-CI não se escandalizou desta política e não tem descoberto subitamente outras divergências políticas mais que o momento do estouro do coletivo em abril de 2004.

Em efeito, mais além das pomposas declarações afirmando o contrário, a LOI-CI tanto como o GB, concebia manifestadamente, a construção da internacional revolucionária, com a ampliação para o estrangeiro de sua própria organização. Desde este ponto de vista, tanto aquelas que puderam ser boas intenções como os verdadeiros avanços realizados nos primeiros tempos, não haviam rompido objetivamente com a lógica Moreno – Lambertista, e dizer, centrista, que se representa a formação de um partido com o reforço de um aparato graças a uma séries de golpes de efeitos ou manobras exitosas. Em consequência, um ano e meio depois, quando as ambições de aparato da LOI-CI e do GB se viram incompatíveis (não podem ter os dois a maioria !), o coletivo estourou. Não foi difícil, para justificar o rompimento entre os militantes de uma e outra organização, encontrar razões políticas: bastava fazer ressurgir desacordos omitidos ou provisoriamente ocultados de maneira oportunista, detrás de grandes declarações de princípios, durante quase dois anos. Hoje seria um bom momento tanto para a LOI-CI como para o GB, para aprender esta lição. Se não correm o risco de reproduzir eternamente o mesmo erro. Não podemos avançar na construção de uma internacional Marxista revolucionária sem fazer a crítica explícita das deformidades centristas do marxismo. Agora bem, esses métodos também foram utilizados, lamentavelmente, na pré-conferência de Buenos Aires.

5) O método Bolchevique defendido pelo CCPOR e o grupo CRI.

Durante a pré-conferência de Buenos Aires, a luta contra o método da FTI-CI e o confucionismo oportunista, de feito, ao grupo CRI e ao CCPOR no mesmo campo. O primeiro ponto de acordo fundamental, é compreender antes que nada que é o programa, e saber hierarquizar os acordos fundamentais a respeito, por cima dos possíveis desacordos conjunturais. Mas tem mais: não se pode avançar na construção do partido Mundial da revolução Socialista sem relacionar as discussões conjunturais (dentro de um processo dialético e permanente) com o programa.

Pretender construir um " centro dirigentes de Trotskistas principistas ", querendo fazer economia em um trabalho de tal importância, buscando acordos para esquivar as divergências programáticas, é reproduzir em uma escala infinitamente reduzida mais pequena aquilo que antes nos fizeram as correntes centristas das que vimos. Qualquer que possam ser os eventuais sucessos organizacionais iniciais, tal empresa está condenada ao fracasso. Nesse sentido, a primeira divisória de águas entre os centristas e os marxistas autênticos, é um a concepção correta da relação entre a realidade objetiva e o programa, assim como entre o partido e programa. Todos os grupos membros do Comitê de Enlace deverão pôr seriamente este interrogante na ordem do dia da discussão de suas organizações (se não é que já o tem feito), e pronunciar-se sobre este ponto fundamental. Isto permitirá contribuir a clarificar e avançar segundo um método mais seguro para garantir resultados duradouros: um método em que o objetivo seja a discussão para avançar em conjunto e a elaboração programática, condição sine qua de um verdadeiro centro internacional.

A TENDÊNCIA DA LOI-CI A RECAIR NOS MÉTODOS E OS CARRERISTAS CENTRISTAS AMEAÇAM AS CONQUISTAS DO COMITÊ DE ENLACE

Já temos mencionado, na introdução deste texto, o mérito que corresponde a LOI-CI por haver tomado a iniciativa, nos momentos que seguiram os acontecimentos de dezembro de 2001 na Argentina, de chamar o reagrupamento internacionalista, e o mérito de outras agrupações que se somaram a este processo. Mas isto, não justifica a precipitação, nem a subordinação do Comitê de Enlace aos objetivos de auto-construção da FTI-CI. Menos ainda, arrastar a totalidade do Comitê de Enlace às mencionadas tendências centristas. Desde este ponto de vista, é preocupante que não somente os setores da FTI-CI, senão também a FT-VP (TCI do Brasil), e o POM (com emendas) hajam firmado o texto do balanço da pré-conferência proposto pela LOI-CI e o CWG.

Durante o desenvolvimento da pré-conferência, lamentavelmente se deixou à vista que a maioria dos grupos, apesar dos isolados momentos de resistência, não pareciam ter claramente identificada a orientação confusionista da LOI-CI e sua inclinação para os métodos centristas. Em todo caso eles não encabeçaram nenhum combate político contra esta orientação e estes métodos.

Só o CCPOR e o grupo CRI lutaram contra elas de uma forma conseqüente.

Para nós, a ruptura total e definitiva com o centrismo, é a condição para que o Comitê de enlace haja avanços reais para a construção de uma verdadeira organização internacional dos trotskistas principistas. Nossa polêmica a respeito só tem sentido porque a inclinação centrista da LOI-CI a nosso parecer, longe de constituir uma política cristalizada, não expressa uma contra-tendência (por suposto tenaz) contra a tendência mais fundamental da LOI-CI a romper com o centrismo (sobre tudo baixo sua forma morenista).

É precisamente esta contradição a que se expressou na Pré-conferência, na que sem impedir a tendência a recair no centrismo superou a tendência a ruptura com o centrismo.

1) As condições formais do desenvolvimento da Pré-Conferência: Uma democracia operária corroída desde dentro.

Para começar, é necessário marcar pequenos detalhes a respeito das condições formais do desenvolvimento da Pré-Conferência, não simplesmente para dar lhes a conhecer aqueles militantes que não puderam assistir, senão para fazer nossa contribuição através de uma análise política destas condições. Pois aqui, como em outros espaços, a forma expressa um conteúdo. Neste caso, o conteúdo não é contraditório, como veremos:

a) Uma conquista essencial: a liberdade da palavra.

Uma das principais conquistas do Comitê de Enlace é haver criado um espaço de discussão internacionalista entre grupos marxistas, com a perspectiva de construir um centro internacional, permitindo o desenvolvimento da polêmica política sobre as análises da situação. Sem a plena liberdade de discussão e sem a polêmica política, os militantes revolucionários não podem educar-se; nenhuma organização revolucionária pode formar-se e construir-se solidamente.

Neste sentido, a existência do próprio Comitê de Enlace que reúne organizações com histórias e posições diferentes, que tem em comum em perseguir o mesmo objetivo que é o de construir uma Internacional revolucionária, constitui uma conquista contra o centrismo, em que a orientação oportunista se vê sempre acompanhada de um regime de centralismo burocrático, impedindo toda discussão política séria e proibindo toda tendência e fração ao interior do partido, fazendo assim impossível toda correção de uma linha errônea. Esta conquista essencial se manifestou de duas formas durante a pré-conferência. Por um lado, a LOI-CI, que tinha a responsabilidade da organização do material da pré-conferência, a assumiu com perfeição; se ocuparam do alojamento, da comida e da segurança dos militantes das distintas organizações presentes, em um marco geral de solidariedade comunista.

Por outra parte, durante a discussão, cada organização pôde expor livremente seu ponto de vista, quando ainda se tratou de políticas enfrentadas.

Nas condições atuais não subestimaremos esta conquista e menos ainda ignoremos os perigos que a ameaçam. Precisamente por serem minúsculos, nossas organizações se vêem submetidas a gigantescas pressões da sociedade burguesa exercidas pelos aparatos traidores do movimento operário.

Agora bem, desde nosso ponto de vista, são as tendências para a dissolução destas conquistas, as que tem lamentavelmente, predominado na pré-conferência de Buenos Aires. Estas tendências se tem manifestado em toda uma série de atitudes que contribuíram objetivamente (cada qual conhece as tendências de cada um) a impedir uma discussão clara (4).

- b) A ausência de uma ordem do dia pré-acordado e no respeito da ordem do dia adaptado

A ausência de uma ordem do dia préviamente elaborado, como havia proposto o grupo CRI nos duas oportunidades anteriores a Pré-conferência (5), contribuíram para a confusão na discussão, e ainda mais grave, depois de ser adaptado a ordem do dia (por consenso evidente, a partir de não poder estabelecer uma votação), não se respeitou o acordo; muitos dos militantes interviam sobre os temas que lhe pareciam convenientes, provocando reações em cadeia sobre interrogações que estavam previstas para mais adiante segundo a ordem do dia. Isto, evidentemente, conduziu para a discussão caótica, como destaca o camarada da Trincheira Marxista (em sua posição sobre a Ata da Pré-conferência de Buenos Aires proposta pela LOI-CI).

Agora bem, o significado político desta desordem, é que se fez impossível uma discussão séria, que tivera exigido a confrontação ponto por ponto dos distintos argumentos para clarificar os acordos e desacordos programáticos.

Os esforços do CCPOR e do grupo CRI no reclamo a respeito de uma ordem mínima, foi em vão, frente a FTI-CI, que parecia não querer pôr fim a esta desordem.

- c) A ausência da limitação de tempo para os temas a tratar e o apuro por tomar a palavra dos interventores.

É igualmente lamentável, apesar das propostas do CCPOR, do grupo CRI e da Trincheira Marxista, que não foi respeitado o limite de tempo para os distintos temas da ordem do dia, como tão pouco foi o tempo de exposição para cada orador, como base fazer-se em qualquer reunião de organizações bolcheviques, ou em toda organização operária seria mais ou menos. Como eram 12 as organizações representadas, necessitava-se para cada ponto da ordem do dia dividir por 12 o tempo disponível, para estabelecer o tempo de exposição de cada uma. É realmente lamentável ter que marcar questões tão elementares no balanço de uma reunião de organizações que buscam construir ou reconstruir a Quarta Internacional, ou criar a Quinta.

Mas não pode deixar de fazer-se, pois parece que isso não é claro para a grande maioria das organizações presentes. Agora bem, a falta de determinação dos tempos de exposição, tem duas conseqüências políticas nefastas. Por um lado, isto tem como conseqüência e teve como conseqüência na pré-conferência que pontos de importância secundária sejam discutidos durante horas, em prejuízo dos pontos essenciais. E por outro lado, isto conduz à aquele que “grita mais forte”, seja o que mais fala. Este ponto é mais importante que o desenvolvimento da pré-conferência, já que fez supor que a discussão ao interior das organizações participantes, se desenvolva da mesma maneira. Agora bem, a ausência de um tempo determinado de exposição, se opõe à democracia dentro da organização, já que implica que os militantes mais experientes ou de mais caráter, monopolizem a palavra, em prejuízo dos militantes mais jovens ou mais tímidos.

d) Uma Mesa reduzida a um rol decorativo

Podemos estar tentados a responsabilizar desta desordem a Mesa (igualmente eleita por consenso) composta pelos camaradas Martín César (LOI-CI) e Tomás Murúa (CCPOR-TCI). Mas a Mesa foi rapidamente reduzida através de uma manobra da LOI-CI, a um rol puramente simbólico. A respeito, se havia decidido por consenso limitar os tempos de intervenção a 5 minutos por orador respectivo a cada ponto da ordem do dia (10 minutos para as intervenções que requeriam tradução), e por isto, o camarada Tomás Murúa indicou a Carlos Muntzer (LOI-CI), que restava um minuto de intervenção, questão que lhe custou a Murúa ser acusado por delegados da LOI-CI (com o benefício de um acordo que na realidade nunca ficou claro), de utilizar métodos da burocracia sindical para tentar **calar a LOI-CI**.

Na realidade, não fez mais que tentar, como membro da Mesa, para aplicar a decisão tomada por consenso alguns minutos antes, com o acordo de todas as organizações também da LOI-CI. Com isto, a LOI-CI dava dois golpes com uma mesma pedra: por um lado, conseguir tirar de cima uma Mesa que funcione como tal, podendo assim, organizar uma discussão pouco clara; e, por outro lado, tentar fazer aos militantes do CCPOR por burocratas, questão que, como veremos, era precisamente um dos principais objetivos de suas intervenções.

e) Os debates abortados

Toda esta confusão conduziu a que a maioria dos debates inicialmente previstos, não foram organizados, ou foram organizados em uma confusão tal que não tiveram nenhum resultado válido do que possa fazer-se menção. Assim, se

consagraram dez horas para a discussão mundial com 5 minutos por orador, enquanto que Carlos Muntzer da LOI-CI ocupou uma hora. Como assim também a discussão sobre a intervenção nos sindicatos, que também foi abortada; é que a LOI-CI não desejava que se pusesse às claras esse tema para ela tão embaraçoso. Também a discussão sobre a frente única foi enviesada; é que uma discussão séria teria feito estourar as contradições da LOI-CI sobre este tema. Em nenhum momento se permitiu fazer lugar à discussão sobre a União Européia, quando ainda o grupo CRI havia obtido a inscrição neste tema na ordem do dia e havia exibido para a discussão um documento á respeito, porque este tema tivesse levado por mal caminho o trabalho fracional da LOI-CI. Quando os grupos brasileiros (ao menos sim se os julgam por suas atitudes durante a pré-conferência), pareceram estender a importância de uma discussão á respeito de um dos centros imperialistas do mundo, e sobre a política a desenvolver por parte dos revolucionários á respeito. Inclusive a proposta do POM , de uma declaração comum sobre as mobilizações atuais na França, se bem manifestavam um interesse louvável para os temas europeus, não chegavam ao nível da discussão proposta, muito mais fundamental, da problemática de "construção européia"; por tanto sobre a competência Europa/EEUU, as relações entre as burguesias nacionais européias e sobre a luta de classes no velho continente. Por último, o debate sobre Brasil tão pouco pôde ser desenvolvido seriamente, já que a LOI-CI não tinha demasiado interesse em que cada organização pudesse medir as importantes diferenças existentes sobre este tema, como veremos mais adiante.

O aborto de todos estes debates cruciais não se deveu ao azar. Através de todos estes elementos se expressa uma mesma lógica, a de uma tática fracional da LOI-CI.

Para dirigir segundo seus objetivos organizacionais, esta organização teria precisamente a necessidade de um debate desordenado, já que isto não evitava abordar as importantes diferenças e os desacordos programáticos. Atitudes que confirmam os principais eixos, relacionados intimamente de sua intervenção ao longo da pré-conferência: por um lado, teve que atacar sistematicamente e com grande virulência o CCPOR, e por outro lado, se esforçou em seduzir os grupos brasileiros presentes, começando pela FTI-CI, com o objetivo de avançar para a constituição de uma seção da FTI-CI no país rico, mais desenvolvido e mais populoso da América Latina... Isso é o que vamos demonstrar agora ponto por ponto.

2) As manobras da LOI-CI contra o CCPOR vistas através de uma amálgama inaceitável: com quê moral a direção da LOI-CI educa a seus jovens militantes?

Durante a pré-conferência de Buenos Aires, a LOI-CI levou até extremos incríveis sua vontade de trazer uma e outra vez água á seu moinho, em seu próprio trabalho fracionário de construção de sua organização. A hierarquização de determinados temas de debate em função de seus interesses oportunistas, os efeitos histriônicos, as manobras e as intrigas, determinaram a atitude desta organização que durante o encontro, conspirou bem mais com os verdadeiros objetivos deste: avançar na maturidade das posições programáticas e políticas, permitindo, através

de uma discussão ordenada, a partir do discutido em Diadema, clarificar as divergências e a viabilidade de acordos, permitindo assim a constituição de tendências sobre as claras bases programáticas. Agora bem, aqueles objetivos fracionários não podiam ser alcançados senão pisoteando a necessidade de uma verdadeira discussão programática:

isto explica a regressão da pré-conferência de Buenos Aires; a LOI-CI que oficialmente estima que a “estratégia” é tudo, não vacilou em subordinar aqui a estratégia (dar passos para a conformação de uma organização com base programática) á determinadas

manobras por seus objetivos de aparato, é dizer, ganhar uma seção brasileira no menor tempo possível. É assim que um dos eixos centrais da intervenção da LOI-CI durante o encontro de Buenos Aires, haveria sido tentar passar o CCPOR por uma organização oportunista, capitulando ante a burguesia. Esta manobra respondia a vários objetivos: 1) se tratava de desprender a FT-VP (seção brasileira da TCI) do CCPOR (seção Argentina da TCI); 2) se tratava de dar um perfil revolucionário, encabeçando uma terrível encruzilhada contra os horríveis oportunistas do CCPOR;

- 3) os primeiros constituem alinhar um método destinado a satelizar os grupos ao redor da LOI-CI, apesar da ausência de uma verdadeira base programática comum, sendo o objetivo final poder anunciar a seus militantes que pronto teriam uma seção brasileira...

Não podemos entrar em detalhes sobre todas as manobras que desenvolveu LOI-CI durante a pré-conferência. Denunciaremos aqui, a inaceitável amálgama entre os representantes do CCPOR na pré-conferência, e a diligência do POR boliviano, que os expulsaram burocraticamente há sete anos. Durante a reunião de Buenos Aires, o camarada Gustavo Gamboa, entrevistou acertadamente a respeito dessa amálgama.

O delegado do grupo CRI tivera intervindo da mesma maneira, se não tivesse sido porque a tradução lhe impediu compreender que estava ante acusação semelhante (isto mostra concretamente a importância das traduções que dificultaram o desenvolvimento da pré-conferência). Como esta amálgama foi anunciada por uma jovem camarada boliviana da FTI-CI, recentemente excluída burocraticamente pelo POR boliviano, o camarada Carlos Muntzer (dirigente da LOI-CI) não tendo nada para responder a réplica de Gustavo Gamboa, tentou esquivar a questão pondo para adiante que os velhos militantes que, como Gustavo Gamboa é o mesmo, militaram durante anos em organizações centristas traidoras á revolução, não tinha nenhum direito de pretender lições para a juventude e devia humildemente inclinar-se ante suas críticas, se bem duras, reais...

Aqui, mais além da demagogia do propósito, o que resta em tratamento, é saber segundo quais princípios a direção da LOI-CI educa a seus jovens militantes.

Ensinar a seus jovens militantes a praticar amálgamas, se esta pode servir aos interesses do aparato de sua organização, esta não é uma educação revolucionária, é uma educação da tradição mais puramente do centrismo degenerado. Agora bem, este problema não é primeiro um problema moral: é *um grave erro político, tipicamente esquerdista*.

Manifestadamente, a LOI-CI não pretende distinguir as diferenças: coloca todas as organizações menos ela mesma no mesmo plano, de organizações contra-revolucionárias. Não haveria então diferença entre o burocrata

reformista, o burocrata centrista e o representante de um grupo que participa da pré-conferência de Buenos Aires!.

Mas este simplismo político tipicamente esquerdista é também um problema de moral revolucionária; inclusive o baixo pretexto de escutar a juventude revolucionária, é possível atravessar sem reagir, no seio de uma reunião de organizações que lutam juntas para a construção de um Centro Internacional de trotskistas principistas e de organizações operárias revolucionárias, as palavras de uma delegada dizendo que gostaria ver “terra abaixo” os outros delegados, como os burocratas da COB e os centristas do POR boliviano?. Por nossa parte, considermos que isto não pode ser tolerado: a direção da LOI-CI cometeu uma falta grave deixando passar esta amálgama inaceitável, que deve ser condenada.

Nem quer dizer que isto não inabilita a LOI-CI a fazer todas as críticas políticas que considere pertinentes contra o CC-POR, o grupo CRI ou outras organizações como jamais se tem privado em outros aspectos de fazer-lo.

Nós consideramos que é vital para o Comitê de Enlace que as organizações participantes condenem este feito da FTI-CI, verdadeiro retrocesso para os carreiristas centristas, retrocesso que é preciso corrigir o mais rapidamente, notavelmente apoiado na jovem base militante da LOI-CI.

4) A política da frente única e a polêmica da LOI-CI contra o CC-POR: Tática marxista da frente única para ganhar a direção do proletariado ou política esquerdista e sectária de abstinência e de intimidação para a classe?

A pergunta da frente única é uma pergunta programática essencial, já que taticamente é um dos instrumentos decisivos para permitir ao partido revolucionário conquistar a direção do proletariado, quer dizer, resolver o problema histórico que se tem proposto a humanidade. A LOI-CI reconhece em seu discurso a validação desta tática, mas temos constatado no transcurso da pré-conferência que isto se trata de uma concessão puramente verbal. Os argumentos utilizados para “processar” a política implementada pelo CC-POR, o 1 de maio em San Nicolas (2004), assim como sua própria política frente a estes mesmos acontecimentos, demonstram de maneira muito clara. Remarcam, em efeito, que a LOI-CI rechaça, na prática de frente única operária, revelando assim a incapacidade de lutar para construir o partido revolucionário, e, por tanto, para arrancar a direção do proletariado aos burocratas, os sitiados na burguesia no movimento operário. Enquanto a forma, é vergonhoso que a LOI-CI haja usado e abusado do desconhecimento dos feitos, já que a maioria dos participantes o ignoravam. Fazendo isto, a LOI-CI buscou apresentar uma versão deformada da realidade para justificar melhor seus ataques virulentos reconcentrados contra o CC-POR. Portanto, vamos desmontar ponto por ponto a verdadeira novela fabricada pela LOI-CI para tentar desacreditar o CC-POR; mostraremos ao mesmo tempo que a aplicação da tática da frente única por parte do CC-POR foi essencialmente principista, marxista, enquanto que a direção da LOI-CI se contentou na prática, ao mesmo tempo e na mesma cidade, como tomar uma postura esquerdista.

a) O 1 de maio em San Nicolás: relato dos feitos.

Para começar, é conveniente restabelecer os feitos apresentados de maneira sossegada e troncada pela LOI-CI.

- No marco de sua própria atividade contra a invasão imperialista ao Iraque, começa a funcionar em San Nicolás um encontro multisectorial desde o início de março de 2004. Nele participam todos os convocantes ao ato do dia 1 de maio. Isto inclui o ARI.
- Ao aproximar-se da data do dia 1 de maio, concordou-se em realizar uma primeira atividade pública desta multisectorial abaixo as seguintes consignas gerais: **“Por um primeiro de maio internacionalista, combativo e de luta”.**

“Solidariedade com a luta e resistência do povo do Iraque e da derrota do Imperialismo”.

“Abaixo os acordos do Governo de Kirchner com o FMI”.

Estes eixos de acordo verbal na multisectorial cobravam especial importância pela campanha que a Igreja Católica vinha fazendo “pelo dia do trabalho”. Entendeu-se a impossibilidade de um documento comum (é dizer a impossibilidade de alcançar um acordo mais profundo sobre as consignas gerais mencionadas), e convocar ao ato com esses eixos gerais, deixando liberdade para cada organização para difundir seus próprios materiais. Isto sucede a quarta-feira 28 de abril.

- Ao dia seguinte, a iniciativa do PTS (que não vinha participando) convoca-se uma nova reunião da multisectorial. A dita reunião (a que o PTS convida o CC-POR enquanto estava desenvolvendo sua própria atividade de difusão do ato) o CC-POR não assiste, priorizando sua própria atividade.

O CC-POR não sabe o que sucedeu nessa reunião.

O que se sabe é que aprovam um documento em comum, onde colocam a

firma de todos os convocantes, com os eixos concordados. Esse documento não teve difusão massiva.

Em troca, o volante que é o eixo do ataque contra o CC-POR, é um texto que “reproduziu” Esquerda Unida (mais concretamente o PC), com a consigna nacionalista burguesa *“por uma Argentina livre, justa, participativa, democrática e solidária”*, onde se incluem em forma apócrifa a firma do CC-POR como a de todos os convocantes ao Ato, incluída Democracia Operária. Desde logo, jamais o CC-POR (nem tão pouco a LOI-CI) firmou, firmaria nem firmará um texto com essas definições políticas.

- Em uma reunião do Comitê Regional do CC-POR imediatamente posterior ao Ato, o responsável de San Nicolás informa sobre ditos acontecimentos, expondo que nossa organização havia convocado, subscrevendo os eixos da convocatória comum e dos volantes: o proletariado já citado, e outro, de agrupamentos e ativistas classistas em luta, que o CC-POR havia concordado tirar em comum abaixo essa firma (sem siglas partidárias) com a LOI-CI de San Nicolás. **É sobre esta informação e sem conhecer por escrito o conteúdo exato da convocatória comum e sem a mesma estava exposta em um texto concreto de volante, que Gustavo Gamboa contesta a um dos típicos “mais apuradores” da LOI-CI que nossa organização havia firmado os três volantes.**

- O volante da frente única das agrupações classistas, foi distribuído no dia anterior no centro da cidade, e através dos ativistas em seus próprios lugares de trabalho (porto e judiciais).
- No próprio ato do dia 1 de maio fizemos eixo de nossa atividade, fazendo uso da tribuna, e distribuindo o volante partidário, contando para tal tarefa com a colaboração de companheiros independentes. A LOI-CI por sua conta não tirou nenhum material partidário específico para volantear naquele dia. A direção da LOI-CI parece até considerar agora que, dado a existência do texto “reproduzido” pela Esquerda Unida, tivera sido necessário não participar no ato...

c) Quê lições políticas?

A primeira lição política que se pode tirar dos feitos mencionados, é que a LOI-CI se contradiz. Participou na multisectorial na que esteve também presente o ARI. Também participou na redação e na difusão do volante das agrupações classistas, redigido com o CC-POR, para chamar ao Ato do dia 1 de maio em San Nicolás, em um momento em que todo o mundo inclusive a LOI-CI sabia perfeitamente que todas as organizações membros da multisectorial convocavam ao dito ato e iam falar durante o mesmo. Por isso não pode a LOI-CI hoje utilizar como agrupamento para sustentar a posição que não havia que participar no ato pela presença do ARI.

Tão pouco, pode criticar ao CC-POR por haver participado na multisectorial e no ato, nos quais participou também o ARI, feito que na boca da LOI-CI tem chegado a ser um suposto agrupamento com a burguesia. Isto expressa a contradição irrisultante da LOI-CI acerca da tática da Frente Única, como o desenvolvemos mais distante no texto (cf.4)b)

- Na realidade a ausência de intervenção da LOI-CI no ato do dia 1 de maio em San Nicolás é objetivamente uma rendição ante a burguesia, ainda que seja disfarçada baixo a trejeitos ultra-esquerdistas. A LOI-CI parece haver esquecido que o Programa de Transição da IV Internacional condena com igual firmeza aos sectários como aos oportunistas. Dizendo não intervir no ato do dia 1 de maio como partido, a LOI-CI abandonou as massas nas mãos dos burocratas, em vez de combater-los na prática.
- O C-POR pelo contrário desenvolveu uma política de Frente Única, neste caso, anti-imperialista: participou na multisectorial e depois logicamente no ato do dia 1 de maio, sem se dissolver nele. Foi combater para arrancar as massas da influência da burguesia. Graças a sua intervenção (discurso e volante), todos os assistentes ao ato puderam ouvir a voz do comunismo revolucionário internacionalista. Por isso participaram também militantes sem partido a repartir o volante do POR no ato, sentindo a necessidade de que as posições dos trotskistas principistas foram levadas dentro das massas contra as posições burguesas (ARI) e pequeno-burgueses (PC). É absolutamente correto reivindicar o direito para todos os partidos, sindicatos, agrupamentos sindicais e estudantis, organismos de direitos humanos, que se posicionam para a derrota do imperialismo na guerra (do

Iraque), de participar na multisectorial e no ato do dia 1 de maio. É progressivo que frações da pequena-burguesia que formam a base de um partido burguês como o ARI, ainda sim romper com este, adotem posições de mobilização e luta contra o imperialismo.

- Sem obstáculo, há que reconhecer que o CC-POR, no marco de uma política conjunta correta, fez alguns erros benignos. Pois foi um erro, por parte da célula de San Nicolás, não mandar militante para a reunião de última hora, na qual o PTS, o ARI e o PC redigiram o suposto volante "Comum", expressando suas posições, em contradição com o acordo verbal antecedente. Mas, como se vê, o erro não consistiu em intervir demasiadamente na multisectorial, senão em não intervir bastante, deixando um instante as mãos livres ao ARI e ao PC. Este erro benigno, que se explica pela debilidade numérica (os militantes do POR estavam neste preciso momento difundindo o volante da agrupação classista) e falta de experiência política (muitos dos militantes são jovens militantes) demonstra ainda melhor que a orientação política geral do CC-POR foi correta: intervir dentro da Frente Única sobre posições corretas, sem renunciar as suas próprias posições. Demonstra que o caminho para resolver as imperfeições de seu trabalho é formar melhor os novos militantes na teoria e a intervenção prática na luta de classes, assim como fortalecer numericamente a organização. Enquanto ao segundo erro benigno que ademais como tal não forma parte da intervenção do CC-POR em San Nicolás, é de responsabilidade somente do companheiro Gustavo Gamboa que respondeu a uma pergunta apressada da LOI-CI sem tomar o tempo necessário para as verificações correspondentes. Portanto, rechaçamos a instrumentação manobreira e oportunista que fez a LOI-CI desses erros benignos do CC-POR, com o típico método de ver a palhita no olho alheio, e não ver a viga no próprio.

5) Abrir o debate com a FT-VP, grupo brasileiro da TCI: defender seu programa ou privilegiar os acordos políticos empíricos á vista simples?

Como veremos, existem diferenças programáticas muito importantes entre a LOI-CI e a FT-VP (seção brasileira da TCI). Em uma larga medição, estas diferenças programáticas da LOI-CI com a FT-VP são as mesmas que a LOI-CI tem com o CC-POR, já que a FT-VP e o CC-POR são membros da TCI (este ponto merece ser destacado já que parece haver passado despercebido pela maioria dos delegados presentes na pré-conferência, provavelmente em grande parte porque não conheciam o programa sobre o qual está fundada a TCI; ver Ata de Natal, no Internacionalismo número 1. Agora bem, de maneira verdadeiramente oportunista, a LOI-CI dirigiu sua violenta polêmica exclusivamente contra o CC-POR, mas em nenhum contra a FT-VP.

Particularmente, se cuidaram de atacar a FT-VP sobre o tema da política militar como também, sobre o referendo ao verão de 2004 na Venezuela, quando ainda a LOI-CI considera suas posições a respeito como de traidoras da revolução!

Mas não podemos ficar unicamente com esta constatação de atitude da LOI-CI. Como parte da TCI, o CCPOR argentino acredita que um parágrafo especial merece dentro dos grupos brasileiros a conduta mantida durante o Encontro pela FT do Brasil. Dita conduta já vinha amadurecendo desde antes do Encontro de Diadema: privilegiar um avanço empírico de todo o Comitê de Enlace, anulando acordos precários de intervenção na luta de classes, por sobre o debate e os acordos programáticos.

Isto explica que a FT do Brasil haja firmado, em geral, qualquer documento mais ou menos correto, minimizando as divergências de fundo que emergiam dos mesmos. A acusação de **"diletantes"** que a FT tem lançado para vários grupos brasileiros (em especial a Trincheira Marxista e ao Coletivo Comunista), delatam na realidade sua unilateralidade pela **"prática militante"** como critério de verdade, prescindindo para a análise e a intervenção política do necessário ocorrido e a maturidade dos grupos e os militantes devem processar para que tal prática não está recorrida pelo empirismo.

O documento dirigido ao Comitê de Enlace pela FT *"A Conferência Internacional do Comitê de Enlace deve apontar para o reagrupamento internacionalista superior aos grupos e correntes atuais que o compõem"* o 18 de janeiro de 2005 é prova dele, mas muito mais ainda, é não haver tomado posição explícita sobre as Teses apresentadas pelo CC-POR argentino. Estas Teses são, em opinião do CC-POR, a continuidade da crítica que fizemos como TCI aos 21 pontos, e está na Ata de Natal, de fundação da TCI. No mesmo curso de debate do Encontro, a FT não teve nem a atitude nem a conduta de defender o Programa da TCI, salvo alguma manifestação genérica muito débil sobre a Frente Única Anti-Imperialista, incluída a crítica ao POR argentino por *"haver firmado"* a convocatório ao dia 1 de Maio em San Nicolás. Como resultado desta atitude de des-hierarquizar a batalha programática instalada, *marcou na prática o passo ao compasso dos objetivos organizativos fracionais da FTI, não diferenciando as posições programáticas conquistadas*, que incluem a defesa de seus companheiros de Tendência (neste caso do CC-POR argentino) ante os ataques (ao menos desproporcionados e exagerados), da FTI-CI.

Essa atitude alcançou pouco o seu cúmulo, a FT-VP (seção brasileira da TCI) firmando o projeto de atas da pré-conferência de Buenos Aires proposto pela FTI-CI, que termina com o seguinte parágrafo: *"As organizações firmantes abaixo deixam a perseverança de que não fazem responsáveis pela política impulsada pelo POR da Argentina que se distanciou dos acordos firmados em Diadema, realizando e defendendo acordos programáticos com correntes burguesas e com o stalinismo, orientando-se para uma clara política de colaboração de classes e a aplicação de táticas que consideramos oportunistas. **Se o POR não assume seus erros e corrige sua política, não poderemos marchar em comum com ele até uma organização trotskista principista**".* Esta atitude da FT já foi criticada pelo CC-POR argentino em Diadema, firmando-se uma ata conjunta na que, entre outras resoluções, a FT se comprometeu a participar da elaboração das teses no capítulo da política militar, compromisso não cumprido. A FT tem des-hierarquizado totalmente estas tarefas de construção da TCI como tendência-programa, privilegiando "a ação", e nesse terreno, avançando em uma aproximação empírica com a FTI-CI. Sem obstáculo a FTI-CI não quer romper nem dissolver a TCI. A FT deve resolver esta contradição: se a ação e a militância que hierarquiza, prioriza e privilegia é aquela de acordo com o programa que dizer sustentar, ou é uma intervenção política ao compasso das iniciativas da

FTI-CI, a margem e geralmente contra o programa que diz defender. Nós não prejudicamos sobre as causas e ou as raízes de tamanha contradição. Estamos abertos ao debate e a ação política comum para avançar e compreender essas raízes. Mas a FT não pode seguir sustentando a carta que dirigiu ao Comitê de Enlace, que pretende avançar para uma "instância superior" com uma corrente (a FTI-CI) que:

-Na Venezuela está objetivamente com o golpismo, mediante sua posição abstencionista no plebiscito(a FT está de acordo que havia que chamar a votar "NÃO" contra o golpismo).

-Defende uma concepção de partido "dos escravos insurrectos" contra a concepção leninista de partido-programa que diz reivindicar a FT do Brasil.

-Rechaça toda vigência das teses do Oriente, reivindicadas para sua aplicação pela FT do Brasil.

-Considera que apóiam as regras e a sindicalização da polícia se tem passado ao campo da reação, da contra-revolução. A FT do Brasil devia registrar que, para a FTI-CI, já está neste campo!.

-Segue reivindicando com milhares de malabarismos políticos a insustentável posição que na Argentina o 19 e 20 de dezembro de 2001 se abriu uma situação revolucionária, contra a caracterização comum da TCI acunhada em dezenas de documentos, periódicos, volantes e a própria revista Internacionalismo.

O Comitê Construtor por um POR argentino assumiu uma atitude crítica diante todas e cada uma das vacilações da FT do Brasil ante as pressões da FTI-CI, sem pretender jamais abortar a própria maturação de um pequeno grupo, sem pretender jamais impor concepções de "partido mãe" que a TCI como tal combate. São as limitações do CC por um POR argentino (outro pequeno grupo) as que determinaram não realizar tarefas corretas em defesa do programa da TCI e de sua construção: maior seguimento da situação brasileira, intervenção direta nos eventos chave (encontro de CONLUTAS, foro social mundial, etc.). Mas esta auto-crítica está a serviço de reverter estas limitações, aprofundando a clarificação ao interior da TCI em respeito ao seu programa, e essencialmente, em respeito ao caráter **ESTRATÉGICO do programa como guia de ação para militância cotidiana**. Propomos á FT organizar um processo de debate sobre o balanço da TCI, que envolve as membrísias de ambas organizações, que desemboque em uma Conferência a se realizar em um prazo não maior de um ano.

Nesse caminho, proporemos a impressão das Teses aprovadas pela Conferência do CC-POR argentino com mais as críticas que a FT do Brasil haja concretamente ao dito texto abaixo o formato do número 2 do Internacionalismo, nas duas línguas.

5)A LOI-CI se esforça em seduzir os grupos brasileiros ocultando as diferenças políticas com estes.

As diferenças que separam a LOI-CI dos grupos brasileiros (assim como os brasileiros entre si) são numerosas e profundas, concernentes tanto ao programa como a linha política. Fica claro que, se a LOI-CI houvesse querido ajudar aos grupos brasileiros com suas diferenças, houvera devido colaborar para propor-lhes claramente, já que é o primeiro passo para resolvê-las, mas, preferiu fazer como se estas não fossem diferenças sérias, já que estas diferenças programáticas, são um obstáculo para seus objetivos imediatos. Basta citar três temas para verifica-lo:

- a) Debate sobre a caracterização da situação brasileira, sobre o grau de maturidade das massas em ruptura com o governo da frente popular e sobre a proposta política para o Brasil.

Ainda a respeito deste tema, durante a pré-conferência de Buenos Aires, não houve uma discussão séria, ainda que participaram não menos que cinco grupos brasileiros presentes. No que concerne a natureza do governo de Lula, a LOI-CI não lhe pareceu "útil" discutir nem um minuto com a OO e o CCR, que consideram que se trata de um simples governo burguês pró-imperialista e não, como afirmam o CC-POR, o grupo CRI, a FT-VP e a LOI-CI, um governo de frente popular preventivo.

Portanto, a caracterização correta do governo é o ponto de partida para elaborar uma orientação correta contra este. A LOI-CI tinha que intervir sobre este ponto se não tinha feito de uma maneira principista.

Mas, na realidade, o que lhe importava era, por um lado, não incomodar a nenhum grupo brasileiro, e por outro, não reconhecer nenhuma posição comum com o CC-POR. A LOI-CI não polemizou contra a posição da FT do Brasil de propor "abaixo o governo de Lula!", ainda esta não seja sua posição atual. A abstinência de uma intervenção principista se explica por sua preocupação fracional.

Sem embargo, a recente experiência da luta de classes, vinha a recordar brutalmente as organizações brasileiras, que é muito difícil, por não dizer impossível, lograr uma intervenção política comum na luta de classes, sem uma base programática comum. Em efeito, mais além das dificuldades importantes que tiveram os grupos brasileiros é o de não haver podido apresentar um volante comum para intervir no Conlutas, já que cada um apresentou um balanço diferente sobre sua intervenção. Enquanto que, o CCR e a OO reprovavam a FT haver firmado o volante comum sozinha por conveniência, utilizando na realidade seu próprio material, a FT reprovava por sua parte, a TM e a CCR seu "diletantismo".

A conclusão é que, na realidade, não houve uma intervenção unificada do Comitê de Enlace durante o encontro de Conlutas em Porto Alegre, e que não havia uma discussão de fundo claramente traçada sobre este ponto. Neste sentido a atitude sem princípio da LOI-CI e dos grupos brasileiros foi oposta aos objetivos do Comitê de Enlace, fazendo retroceder e não avançar.

Para o CC-POR e o grupo CRI, é necessário caracterizar o governo de Lula como um governo de frente popular de características particulares com um poder particularmente importante da burguesia no governo e as coalizões parlamentarias flutuantes, mas que não é suficiente para impor a hegemonia do PT, partido operário-burguês de massas. Esta hegemonia do PT, na coalizão governamental, descansa social e politicamente, nos trabalhadores e suas ilusões, segundo consideram a direção do PT e da CUT. Consideramos que, nesta situação, é necessário elaborar um programa de reivindicações concretas prioritárias, em um marco de uma política de frente única, para ajudar os trabalhadores a romper com a direção do PT e da CUT. Encontramos também, a necessidade de lutar para a construção de uma tendência revolucionária ao interior da CUT, intervindo neste sentido no Conlutas; contra a posição do PSTU que quer uma central sindical; esta orientação do PSTU corresponde a um racionamento em términos de reforço do aparato, vem objetivamente a capitular ante a burocracia petista que dirige a CUT; portanto a ajudar a burguesia a realizar seus planos.

b) Debate sobre a frente única

Oficialmente a LOI-CI, desde muito tempo, reconhece que as Teses do Oriente adaptadas pela Internacional Comunista não são contraditórias com a teoria da revolução permanente de Trotsky. Sem embargo, a validade que dá a esta tática no momento que foram escritas (década dos anos 20 do século passado), não pareciam ter vigência atualmente. (ver resposta da LOI-CI a crítica aos 21 pontos realizada pela TCI).

Não obstante, a LOI-CI reivindica a tática da Frente Única Proletária.

Esta distinção demonstra a incompreensão por parte da LOI-CI do sentido e da utilidade do frentismo anti-imperialista, em um país semi-colonial como o Brasil.

Por sua parte, a OO, o CCR, o POM e a mesma Trincheira Marxista, rechaçam a tática da frente única anti-imperialista, já seja por razões pendentes às análises de desenvolvimento do capitalismo nos países semi-coloniais, já seja porque esta tática desemboca, supostamente sempre, em uma frente popular (que, nos feitos, é exatamente o oposto). Agora bem, a LOI-CI em nenhum momento tentou aprofundar a polêmica sobre este tema. Surgem então duas possíveis explicações: ou bem está seriamente de acordo com a tática da frente única, e então renunciou a polemizar com os grupos brasileiros tendo um espírito comodamente conciliatório, deu mostra de um oportunismo lamentável; ou bem, não fez menção de seu posicionamento oficial a respeito, só para cortejar a FT-Brasil (seção da TCI), para quem esta é uma das posições fundamentais.

c) Debate sobre os sindicatos e a intervenção na CUT e Conlutas

Oficialmente, a LOI-CI reconhece a necessidade de intervir ao interior dos sindicatos de massas. (6) Isto devia então, de sua parte implicar uma polêmica severa contra os grupos brasileiros, já que todos eles, contravindo ao princípio fundamental da política marxista, adaptando-se sem se dar conta a política morenista do PSTU, que oscila entre o oportunismo e o esquerdismo em função de seus interesses do aparato, rendem-se a burocracia da CUT, renunciando assim a organizar uma oposição revolucionária, para construir, em câmbio, um "sindicato vermelho" com a Conlutas (voltaremos sobre este ponto). Esta posição dos grupos brasileiros, tivesse tirado por terra a posição conciliatória da LOI-CI, no caso de que se tivesse desenvolvido discussão clara e séria a respeito. Mas, outra vez, se calou a LOI-CI. Portanto surgem duas novas possibilidades: ou bem a LOI-CI não toma seriamente o que diz e reconhece na palavra de Martín César quando considera justo o Programa de transição, citado pelo delegado do grupo CRI, que disse: *"as tentativas sectárias de construir ou de manter pequenos sindicatos **"revolucionários"** como uma segunda edição do partido significam, o renunciamento a luta pela direção da classe operária"* e que *"deve se tomar como um princípio inquebrantável: o auto-isolamento a respeito dos sindicatos das massas, equivalente a uma traição a revolução, é incompatível com a pertinência a IV Internacional"*; ou bem deu mostra de um oportunismo vergonhoso ao não inserir o debate contra os grupos brasileiros a este respeito, como se não o fizeram os grupos CRI e o CC-POR, queriam apresentar este tema como ponto de discussão defendendo-o como elemento fundamental do programa. Mas há que deter-se de maneira mais precisa a respeito da orientação real da LOI-CI, mas além de seu discurso oficial. Se bem reivindica contar com uns 300 militantes, não foi capaz, durante a pré-conferência, de dar um só exemplo de sua própria intervenção. Estas

condições nos levam a pensar que não tem intervenção. Tendo em conta a quantidade de militantes com a que diz contar (e ainda se foram um grupo mais pequeno), fica claro que se trata de uma política deliberada a respeito da não intervenção nos sindicatos de massas. De feito, durante a pré-conferência, ficou clara a intenção permanente de não propor este tema para sua discussão, questão que segue nos mostrando como a ortodoxia que a proclamam, se vê derrubada diante os repetidos desvios típicos do esquerdismo, na ordem do dia.

Ante o fracasso desta tentativa, buscaram alternativas, que terminaram no fracasso:

- Primeiro tentou falar de outra coisa, para desviar a tenção do ponto preciso de que se tratava. É assim que para tentar contestar a citação do Programa de Transição a respeito deste tema (intervenção do camarada do grupo CRI); o camarada Martín César argumentou que o Programa de Transição não diz só isso, remarcando notavelmente que a tarefa central do período de transição é a construção do partido e que a intervenção nos sindicatos deve se realizar em função deste objetivo... Isto é perfeitamente exato, mas não pode um esquivar a pergunta: a LOI-CI intervem sim ou não, na CGT, na CTA, e nos sindicatos de um ramo de produção, sindicatos locais?!
- Outra linha de defesa foi a que aprovou o camarada Carlos Muntzer: tentou demonstrar que não havia nenhuma razão para intervir nos sindicatos na Argentina de hoje em dia; já que estas organizações já não seriam organizações de massas; assim que apresentou um cálculo que dizia que os sindicatos agrupariam hoje na Argentina menos de 5% dos trabalhadores (ocupados e desocupados). Mas qual é a realidade dos feitos?. Primeiro é enganoso, pretender medir a influência dos sindicatos sobre as massas fazendo esta relação a respeito da quantidade de trabalhadores com filiação sindical: o que deve importar a um revolucionário nestes casos (que foi decisivo em dezembro de 2001) é o feito de que os sindicatos sejam capazes de dirigir globalmente o proletariado ocupado, classe central para o desenvolvimento de um processo revolucionário, ainda em um país onde o índice de desocupação é tão alto como na Argentina hoje. O número elevado de desocupados e o peso das organizações que construíram, não invalida a importância de intervir dentro dos sindicatos que agrupam os trabalhadores ocupados. Segundo, também é importante destacar que as cifras reveladas pelo camarada Carlos Muntzer, são sinceramente falsas; já que os 46% dos trabalhadores ocupados, estão sindicalizados, tal como indicara CC-POR (com o respaldo das medições oficiais), durante a pré-conferência.

Isto, representa uma taxa muito alta de sindicalização em relação, por exemplo, com França (de onde só os 8% dos assalariados estão sindicalizados) ou como a Alemanha (aproximadamente os 20%). Esta é uma taxa mais elevada que a que Trotsky constata no Programa de Transição (fala de uns 25% na maioria dos casos). Enquanto a situação Argentina não estaria então, justificado de nenhuma maneira como exceção a necessidade programática de intervenção nos sindicatos de massas; senão ao contrário seria mais importante que em outros países do mundo, trabalhar em função de desprezar das direções sindicais os burocratas. Isto ficou claramente em evidência nos últimos acontecimentos da luta de classes na Argentina: os telefonistas, os maestros, os operários do Subterrâneo de Buenos Aires, os trabalhadores da saúde do Garrahan,

enfim todas as pelepas por salário desde fevereiro até hoje, **se fizeram sobre a base das próprias estruturas dos sindicatos**. O corpo de delegados de base e comissões internas que organizaram e lideraram estas importantes lutas (que arrancaram vitórias parciais), nunca houveram podido desenvolver seu papel, se seus membros e ativistas não se tivessem forçado, mediante um trabalho orgânico e estrutural, no próprio seio da vida sindical de seus grêmios, em permanente choque de contrários contra a burocracia sindical.

- Depois destas estatísticas sobre a sindicalização dos trabalhadores na Argentina, que foram refutadas pelo camarada Gustavo Gamboa, o camarada Muntzer apresentou um novo argumento: o importante não seria tanto a intervenção nos distintos sindicatos ou em suas confederações, senão no corpo de delegados e as comissões internas, comparáveis segundo ele com os comitês de fábrica: se trata neste caso de um verdadeiro sofisma. Em efeito, o corpo de delegados e as comissões internas, são parte das estruturas sindicais: é ridículo tentar opô-las aos sindicatos. Ademais só quem entende para nada o que são os comitês de fábrica pode imaginar que se pode comparar a essas estruturas dos sindicatos: os comitês de fábrica englobam as grandes massas de trabalhadores de uma fábrica (é dizer inclusive aqueles que não podem participar de atividades político-sindical em tempo "normal" e aqueles que não estão sindicalizados), questão que supõem a situação revolucionária aguda. O único exato do que disse Carlos Muntzer a respeito é que a estrutura do corpo de delegados e as comissões internas o propiciem, em circunstâncias de lutas importantes, se dar a passagem a um organismo das características de comitê de fábrica; mas isto, não resta importância ao trabalho atual ao interior dos sindicatos, senão que, muito pelo contrário a reafirma.
- Enfim, já sem mais argumentos, a LOI-CI sacou a velha acusação de que o CC-POR tenha alianças com o PC contra as burocracias sindicais. Este não é mais que um argumento retórico, já que não tem nenhum fundamento concreto. Intervir com uma tática de frente única, consiste precisamente em um acordo prático sobre certos pontos de reivindicação comuns mínimas com organizações reformistas, em função do desenvolvimento de uma luta mais importante, que não teria lugar se brigara com somente forças de organizações de características tão pequenas como as nossas, e que não permitiriam, ao mesmo tempo, demonstrar praticamente, no curso da luta, a superioridade da política revolucionária a respeito da política reformista. Rechaçar desde o começo a possibilidade de acordos deste tipo com organizações como o PC, é dizer organizações reformistas, é simplesmente, rechaçar a tática de frente única. Frente a esta objeção os dirigentes da LOI-CI deveriam modificar seus argumentos: responderam que não havia nada que objetivar, em princípio com um acordo de frente única com o PC, mas só com a condição que contém a moção da ordem que diz: *"Abajo la burocracia!... Debajo De genaro!"*... A LOI-CI demonstrava assim que sua intervenção nos sindicatos não é por azar: tem sua raiz política em suas posições sem relação com a consciência real das massas. Reciprocamente, sua ausência de intervenção dentro dos sindicatos lhe impede a LOI-CI submeter sua política á prova da luta de classes e de massas, condição para poder corrigir seus erros de

análises e orientação. A um trabalho paciente para ganhar a classe a sua política, o quer substituir a LOI-CI, em uma tradição tipicamente esquerdista, uma política ultimata: ou vocês dizem *“Abajo la burocracia!...Debajo de Genaro!”*...ou não faço nada com vocês...!!”. Outra vez: isto vá totalmente contra a tática de frente única já que não significa nada senão: “...ou se convertem em revolucionários ou bem não faremos nada dom vocês. A LOI-CI assim fecha toda a possibilidade de diálogo com os quadros intermediários, os militantes e os trabalhadores que tem “simpatia” com o PC, fechando assim a possibilidade de debilitá-lo. Pelo contrário, fazendo um acordo de frente única com amplos setores da CTA, dominados pelo PC, mas segue defendendo sua próprias posições, uma organização de trotskista principistas abre-se o caminho fazia a consciência das massas que todavia seguem estando abaixo a influência do PC ou outras organizações da frente única, pois lhe demonstra assim á aquelas que os revolucionários não são oradores radicais, senão lutadores de classe que lutam de maneira conseqüente sobre uma orientação política conseqüente.

- Para nós, o grupo CRI e o CC-POR, trata-se de pôr em prática uma orientação bolchevique-marxista nos sindicatos de massas, conforme os princípios anunciados nas resoluções dos congressos da Internacional, nos textos da IV Internacional de 1936 que se resume no capítulo do Programa de Transição *titulado “os sindicatos em época de transição”*. Tanto o grupo CRI como o CC-POR, reivindicam a integridade deste capítulo: se insistimos aqui, como durante a pré-conferência, a respeito da necessidade de intervir revolucionariamente nos sindicatos de massas, e deixamos outros pontos de lado, é porque claramente, não há nenhum grupo do Comitê de Enlace, que ameace afundar no que se refere ao “fetichismo dos sindicatos”, enquanto que vários grupos não parecem entender a importância crucial desta intervenção para a construção de partido.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS: Quais são as perspectivas para o Comitê de Enlace?

Das análises dos feitos, surge concluir honestamente, se é que vamos ser fiéis ao método proposto coletivamente pelas organizações membros do Comitê de Enlace em seu texto fundador, que a pré-conferência de Buenos Aires, não permitiu *“uma homogeneização programática suficiente, como para convocar e pôr data a uma Conferência Internacional que, sobre a base de um programa claro, com maiorias e minorias claras, possa pôr em pé um Centro Internacional transitório de reagrupamento dos trotskistas principistas e as organizações operárias revolucionárias”*.(Ata da reunião de Diadema). Pensamos, ao contrário, como o POM **(7)**, que uma reunião com uma convocatória destas características seria muito prematura. Também seria perigoso para nossas organizações todavia frágeis, dedicar tanto tempo, energias e dinheiro para organizar uma nova pré-conferência, é dizer, *para reproduzir aquilo que já se deu em duas oportunidades no transcorrer de seis meses*.

Sobre este ponto, como também sobre outros, estamos em desacordo com o projeto de atas propostas pela FTI-CI e o CWG.

Mas, nós entendemos também, propostas alternativas, já que estamos convencidos de que o Comitê de Enlace é um marco progressista que deve ser defendido. Também é vital que novos passos sejam dados rapidamente, para fazer progressiva a homogeneização programática e realizar intervenções práticas comuns na luta de classes. Vejamos aqui nossas propostas alternativas concretas:

1) Retomar a discussão programática segundo um método ordenado

Pensamos que é necessário retomar a discussão utilizando formas que sejam politicamente mais frutíferas, que as utilizadas em Buenos Aires.

É por isto que proporemos que se centre em pontos programáticos (definido por consenso entre os membros do Comitê de Enlace), que seja ordenada de maneira rigorosa e que se desenvolva em uma atmosfera fraternal e sobre a respeito dos princípios da moral proletária (questão que se anuncia no ponto 19 do "chamado dos 21 pontos"), com o objetivo de avançar na elaboração de um programa comum, como base para a intervenção comum na luta de classes. Consideraríamos como perda de tempo e de energia, e como uma irresponsabilidade por parte um militante revolucionário, uma discussão que não se desenvolva respeitando estas regras elementares. É evidente que estas regras não diminuiriam em nada a livre polêmica política mais rigorosa, para todos os grupos e tendências, já que estamos de acordo em estimar que a plena liberdade na discussão sobre todos os temas de debate, é vital para que uma discussão possa avançar para uma organização marxista revolucionária. Proporemos uma discussão de fundo aberta, por escrito, sobre os seguintes pontos (preferencialmente nesta ordem):

- * Análises da situação econômica e política mundial, integrando (para começar), os desenvolvimentos particulares dos EEUU, Europa, Oriente Médio e América Latina;

- * Tática de Frente única: frente única anti-imperialista e frente única operária;

- * Intervenção dos revolucionários nos sindicatos e as organizações de massas do proletariado;

- * Análises da situação e elaboração programática para a intervenção prática na Argentina, Brasil, Bolívia, França e Nova Zelândia (ao menos).

Evidentemente, estamos abertos a outras propostas, tanto no que concerne aos pontos a discutir como a ordem de discussão; este deve estar estabelecido antes da discussão política por um consenso razoável entre os distintos grupos do Comitê de Enlace.

2) Golpear juntos sobre a base dos acordos programáticos extraídos

Os pontos de acordo extraídos não devem ficar por escrito; o Comitê de Enlace deve buscar em todos os casos que se apresentem, a forma de fazer pública sua posição comum, com campanhas conjuntas, etc., a respeito de cada acordo programático ao que chegue através da discussão.

3) *Buscar ampliar o Comitê de Enlace*

Para enriquecer a discussão e avançar com o reagrupamento dos Revolucionários, é necessário que no Comitê de Enlace se convoquem reuniões abertas com o objetivo de ganhar novas organizações e militantes suscetíveis a somar-se a esta construção. Fica claro que isto não será possível se não se aplicam os pontos anteriores.

4) *Avançar para uma nova pré-conferência com prazos razoáveis*

Uma nova pré-conferência é evidentemente imprescindível, baixo a Condição que venha demasiadamente pronta, que seja precedida por um verdadeiro progresso de homogeneização programática do Comitê de Enlace, como é o feito de que uma vez convocada, tanto a ordem do dia como seu desenvolvimento sejam infinitamente mais ordenados e rigorosos que a pré-conferência de Buenos Aires.

Pôr como objetivo fins de 2005, início de 2006, nos parece razoável, se as discussões programáticas começam desde agora, como estamos propondo á todas as organizações do Comitê de Enlace.

CITAÇÕES DO PÉ DE PÁGINA:

- 1) Precisamos que este projeto da ata foi firmado pelo POM (com numerosas emendas), pela FT-VP (seção brasileira da TCI) e os demais grupos brasileiros.
- 2) A ordem do dia geral estava traçada da seguinte maneira: 1)Retomar os cinco pontos de acordo de Diadema; 2)Discussão para avançar na resolução das divergências programáticas; 3)Conclusões práticas a respeito dos pontos 1 e 2
- 3) Se o camarada B. considera que estas não foram suas palavras ou suas intenções, fica suposto aberto o espaço para toda retificação necessária, já que esta citação, como outras tem como fonte os rascunhos, em princípio, textuais, tomados pelo camarada Stéphane do grupo CRI.
- 4) Os problemas de idioma constituíram um importante obstáculo a um dos principais objetivos do encontro: avançar na real compreensão das posições das distintas tendências. Isto se explica, é verdade, por uma parte, por algumas (poucas) falhas dos tradutores, apesar de sua abnegação para traduzir o melhor possível, e até fora das sessões do encontro. Mas isto em si não é muito grave, pois só expressa a debilidade numérica de nossas organizações. O mais inquietante é a desenvoltura de alguns oradores, quem apesar as numerosas advertências por parte dos tradutores como dos militantes de outras organizações, para que falem mais devagar para entender todo o seu pensamento, seguiram falando em um ritmo impossível de qualquer tradutor entender. Esta atitude expõem um problema político: deixa a impressão de que pouco importava a alguns oradores serem entendidos corretamente. Agora bem, essa desenvoltura vai contra ao mesmo objetivo do Comitê de Enlace, o que supõem que cada um se esforça em conhecer as posições exatas dos demais. Aproveitamos essa oportunidade para recordar que o grupo CRI pode ler os documentos em espanhol, alemão e inglês mas por desgraça nenhum de seus militantes maneja bastante o português para entender os textos políticos redigidos neste idioma, o qual significa que não pode intervir nos debates que supõem o conhecimento deste idioma. O grupo CRI espera que o Comitê de Enlace tome em conta essa observação.
- 5) A carta do grupo CRI ao Comitê de Enlace na data de 20 de outubro de 2004 e o correio eletrônico enviado pelo camarada Stéphane, em nome do grupo CRI, na data de 19 de janeiro de 2005.

- 6) Ela firmou notavelmente o “chamado dos 21 pontos”, cujo ponto 14 remarca que os *“trotskistas lutam nos sindicatos para eliminar sua burocracia e restaurar a democracia operária”, que isto não é possível senão lutando para a independência total das organizações frente ao Estado burguês que as corrompe e as integra*, e que é necessário combater *“para impor a democracia operária através dos comitês de fábrica, os piquetes vagantes, para renovar as direções sindicais propondo dirigentes combativos nos momentos críticos para alcançar uma direção revolucionária dos sindicatos”*.

7) Emendas do POM que foram integrada ao projeto de atas da pré-conferência de Buenos Aires, redigido pela FTI-CI e pelo CWG, ponto 8.

CUBA E A RESTAURAÇÃO CAPITALISTA

O mundo todo assiste a introdução de reformas capitalistas em Cuba. Sobre isso não há controvérsias. No entanto, quando se trata de definir o sentido dessas reformas e a natureza atual do Estado cubano deparamo-nos com as mais diversas posições. Para alguns, são medidas de cunho capitalista, mas necessárias, a exemplo da NEP dos anos 20 na Rússia. Um passo atrás justificado pelo isolamento internacional de Cuba. Para outros, seriam medidas pró-capitalistas temerárias, que colocariam em perigo o Estado operário mas não teriam, por parte da burocracia, a intenção de restaurar o capitalismo. No Comitê de Enlace parece predominar a posição de se tratam efetivamente de medidas restauracionistas conscientes **mas que ainda não levaram à consumação da restauração**. O Estado cubano ainda seria um Estado operário degenerado, em estado terminal de degeneração.

Em contra-ponto a todas essas posições estão aqueles que entendem que a restauração capitalista já está consumada, que não existe mais Estado operário, mas um Estado capitalista. A elucidação dessa controvérsia é da maior importância, e somente pode ser dirimida à luz do marxismo. O método para essa análise, até hoje não superado, consta de “A Revolução Traída”, “Em defesa do Marxismo” e outros textos. Essa será a base para este estudo.

A NATUREZA DAS REFORMAS EM CUBA

O socialismo é por natureza internacional. Não pode existir socialismo em um só país. Nem mesmo em um país continental que nem a ex-URSS. Isso não precisa mais ser demonstrado, a história, essa algazema de todas as

falácias, deu inteira e total razão a Trotsky contra esse aborto teórico e político que se chamou estalinismo. **Com redobrada razão não pode existir socialismo na minúscula Cuba. Mas existiu em Cuba um Estado operário degenerado.**

A restauração capitalista no Leste e na China, deixou Cuba infinitamente isolada. A sorte da revolução cubana passou a depender em maior grau da revolução internacional. Nessas condições, não se poderia negar ao Estado cubano o direito de relacionar-se e negociar com o mundo capitalista. Mesmo uma direção revolucionária, seria obrigada a esse intercâmbio. Nenhum Estado operário pode fugir à realidade. Mas o único critério que justificaria essa relação seria as necessidades do socialismo, mesmo que isso representasse um recuo no presente. Esse foi o método que justificou a NEP.

A burocracia castrista manteve Cuba atrelada à monocultura da cana de açúcar, não apostou na industrialização. Com a queda do Bloco soviético Cuba defrontou-se com a necessidade de diversificar a sua economia, de buscar novos mercados para seus produtos e de comprar aquilo que não produzia. Naqueles setores onde não dispusesse de tecnologia poderia estabelecer convênios com empresas estrangeiras, mas sob estrito controle do Estado. O fundamental, o divisor de águas, é o Estado não abrir mão do controle da economia, da planificação e do monopólio do comércio exterior. As concessões ao capital não excluem o desenvolvimento da economia estatal. Veremos que a opção da burocracia castrista não foi essa, mas que optou pelo desmonte de todos os alicerces do socialismo. Não se tratou de uma relação controlada e necessária com o mundo capitalista, mas de uma política consciente de restauração planejada: a

propriedade privada foi legalizada, foi introduzida indiscriminadamente em todos os setores da economia, foi destruída a planificação econômica e quebrado o monopólio do comércio exterior.

É preciso estabelecer uma delimitação clara entre as concessões pró-capitalistas necessárias e as medidas restauracionistas. As primeiras são circunstanciais e limitadas, justificadas por necessidades específicas e subordinadas a um controle geral da economia. As segundas são medidas gerais no sentido de afrouxar os laços da economia estatal, no sentido de introduzir a concorrência, os valores e os lucros privados, bem como, de legalizá-los. A sua dinâmica própria conduz à restauração. Esse foi o caminho seguido pelo castrismo.

O PROCESSO DA RESTAURAÇÃO.

Em Cuba as tendências e medidas restauracionistas vem de longa data. Mais precisamente do início dos anos 70. O S.U., insuspeito de posturas revolucionárias, constatou esse processo: “No começo da segunda década do Estado operário, a direção cubana efetuou uma virada com muitas e contraditórias implicações...”. “- uma primeira retificação significativa dos métodos de gestão das empresas comportando uma maior autonomia destas e, neste quadro, o aumento da responsabilidade do pessoal da direção”. “Estas medidas adquiriram um caráter mais sistemático a partir do I Congresso do Partido Comunistas Cubano (1975)...”. “Estas opções vão na sua generalidade no mesmo sentido daquelas feitas em outros Estados operários a partir dos meados dos anos 60 e inspiram-se particularmente em certas orientações adotadas na Hungria e nas idéias de economistas soviéticos da escola de Liberman, comportando os mesmo erros”. “Por exemplo, a referência à lei do valor como uma lei que pode ter uma função de regulamento da produção, podendo portanto tornar-se um fator de determinação na opção dos investimentos, combinada com a autonomia acrescida das empresas sob a autoridade do diretor, arrisca-se a ser uma fator de desorganização da planificação e de introduzir novas desigualdades entre setores de atividade, logo entre setores da classe operária,...”. “A recente introdução de um mercado livre camponês aumenta ao mesmo tempo as possibilidades de fornecimento de gêneros de primeira necessidade à população e a desigualdade social, sendo considerável a

diferença de preço entre o mercado livre e a rede de distribuição do Estado”. “... reformas que visem assegurar uma maior autonomia das empresas ganham tendências centrífugas suscetíveis de desorganizar o plano e de criar desequilíbrios ou de agravar os que já existem”. “As diferenciações crescentes dos salários implicam também numa dinâmica política e social perigosa que pode afetar, a longo prazo, a homogeneidade da classe operária, criando conflitos de interesse no seu seio”. (Perspectiva Internacional número 8/9 – dez/1984).

Nesse mesmo período o governo legalizou o trabalho autônomo, a construção de casas particulares e continuou permitindo a cobrança de aluguéis. E mais importante: “As empresas do Estado foram descentralizadas e subdivididas em unidades menores (passaram de 300 para 3000 estatais); muitas das decisões do centro foram transferidas aos gerentes; novos impostos passaram a ser cobrados das empresas estatais e suas subvenções foram reduzidas”. (Martin Hernandez – Marxismo Vivo no. 1).

Em 1986 o governo deu um passo atrás com o Processo de Retificação, limitando a propriedade privada e o mercado. Mas isso se dirigia apenas à pequena propriedade cubana. Ao mesmo tempo, manteve o incentivo ao capital externo. Sendo que essa abertura ao capital internacional iniciou com o decreto no. 50 de 1982. E a Lei de Inversões Estrangeiras de 1995 abriu definitivamente todos os setores da economia a esse capital. A reforma constitucional de 1992 legalizou a propriedade privada.

Essa legislação destruiu o monopólio do comércio exterior, permitindo às empresas estatais e particulares o comércio direto com o estrangeiro. Com isso destruiu também a possibilidade de uma planificação socialista, já abalada, por sua vez, por outras medidas de descentralização econômica, como a autonomia das empresas estatais e sua subdivisão. Essa abertura ao capital incluiu o sistema bancário onde foi permitida a presença de representações de bancos externos. E, para cúmulo, foi instituída a autonomia do Banco Central, medida típica do neoliberalismo.

Em 1994 foram instituídos novamente os mercados agropecuários. Em 1993 criadas as Unidades Básicas de Produção Cooperativas (UBPC), espécie de cooperativas privadas que recebem a terra em concessão mas são donas da produção. Em 1994 essas UBPCs já representam 80% da produção da cana de açúcar, produto fundamental da economia cubana, que assim passa a ser privada. Com a criação, no mesmo ano de 1994, dos mercados de produtos industriais e artesanais o mercado privado difunde-se a toda a

economia. A penetração do capitalismo é agravada sobremaneira com a dolarização da economia, passando a existir duas economias paralelas, uma baseada no dólar, mais dinâmica, capitalista, e a oficial baseada na moeda nacional.

A IDEOLOGIA DA RESTAURAÇÃO.

A restauração capitalista, como não poderia ser diferente, vem acompanhada pela propaganda de uma ideologia burguesa, que assume a defesa da competição, da autonomia, da descentralização, da rentabilidade, do mercado. Roselena Colombo, na sua dissertação de mestrado para a PUC-RS, baseada no estudo da Revista Economia e Desarrollo, da Faculdade de Economia da Universidade de Havana, no período 1996 a 2000, que reflete o pensamento oficioso da burocracia cubana, analisa, entre outras coisas, essa ideologia restauracionista. Vamos pontuar alguns aspectos:

1 – “... a centralização da economia via a centralização da propriedade dos meios de produção ocorrida em Cuba nos anos 60 vai sendo relacionada com características que remetem ao burocratismo”. (Roselena Colombo, pg. 74, analisando Economia e Desarrollo de 1998);

2 – “A existência de um sistema de comércio exterior monopolístico divorcia a empresa de seus clientes finais”. (Economia e Desarrollo, 1998 – criticando o monopólio do comércio exterior);

3 – “As referências à inexistência de estratégias competitivas e uma identificação entre economia centralizada e ausência de criatividade...”. (Colombo, pg. 75 – referindo-se às críticas da revista à economia centralizada);

4 – “Excessiva tutela dos organismos da administração central e constantes interferências e decisões contrapostas à autonomia empresarial...”. (Economia e Desarrollo, 2000 – defende a autonomia das empresas);

5 – “A centralização e as tendências ao gigantismo, como variante estrutural que permite o controle e financiamento centralizado próprio do modelo soviético implantado em 1975, tende a desaparecer”. (Economia e Desarrollo, 1997 – defende a divisão das empresas estatais);

6 – “A empresa estatal rentável como eixo principal da economia cubana. As empresas adquirem novas faculdades, tais como: decidem sua estrutura e planta; determinam o salário dos seus diretores; decidem sua estrutura de cargos(...); uso do crédito bancários...”. (Decreto Lei no. 187, de 1998). A noção de empresa

estatal rentável está em contradição com as necessidades da socialização.

AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA RESTAURAÇÃO.

Com a restauração capitalista as misérias sociais retornaram a Cuba, como era de se esperar. A volta da prostituição já se torna uma das mais visíveis e modernas “credenciais” da nova cuba capitalista. A saúde e a educação, outrora entre as principais virtudes sociais do Estado operário, hoje se encontram em franco processo de deterioração. Ainda se encontram entre os direitos universais da população, mas temos relatos que dão conta de que já são direitos mais virtuais do que reais. Na saúde falta tudo. As cirurgias tornam-se improváveis. Vigora a corrupção, o pagamento por fora.

O regime de trabalho, constante da nova legislação sobre as inversões estrangeiras, não prevê aumento de salários e o trabalhador pode ser demitido a qualquer momento. O Programa de Saneamento de 1994, consistiu em: “Congelar os salários como via para evitar tenções inflacionárias. Incrementar os preços de alguns serviços e de bens de consumo (...). Eliminar algumas gratuidades não sustentáveis (...). Redução de importantes subsídios a empresas do setor estatal...”. (Economia e Desarrollo, 1998). O desemprego, antes abolido está de volta com o vigor próprio do capitalismo. O desemprego oficial admitido é de 8%, mas estima-se que o desemprego real seja por volta de 20%.

Os subsídios oficiais são retirados das empresas estatais e passam a financiar as empresas privadas. Em grande parte são destinados às UBPCs: “83,5% se concentra nas empresas do setor agrícola e em complexos agro-industriais açucareiros”. (Economia e Desarrollo, 2000).

Os trabalhadores passam a contribuir para a previdência social, inclusive, os aposentados, cuja lógica é: “... estabelecer vínculos mais adequados entre as empresas e o orçamento, criar uma cultura tributária na população e no âmbito empresarial anteriormente ausente, corrigir preços e eliminar gratuidades...”. (Economia e Desarrollo, 1998). “Tal cenário conspira contra a sustentabilidade do programa de Seguridad Social cubano, excessivamente generoso, e exige adequá-lo às novas circunstâncias, sem que isso signifique deixar desprotegida a população. Nesse sentido, na Resolução Econômica do V Congresso do PCC se coloca: ‘... não é possível que esse crescente gasto seja enfrentado somente pelo Estado’ “. (Economia e Desarrollo, 1996).

A NATUREZA ATUAL DO ESTADO CUBANO.

A natureza restauracionista das reformas pró-capitalistas em Cuba está suficientemente demonstrada. Trata-se de um plano consciente, amplo e geral e que abrange todos os terrenos: político, econômico, ideológico e jurídico. Não se justifica de nenhum ponto de vista do socialismo. A alegação da burocracia de que está defendendo o socialismo, soa como disfarce cínico. O mesmo alegou Gorbachev enquanto restaurava o capitalismo. Uma concessão justificável estaria submetida ao controle da economia estatal. Sob nenhum ponto de vista socialista se justifica a legalização da propriedade privada dos meios de produção, o fim do monopólio do comércio exterior, a legalização do dólar, a privatização da exploração da terra, a competição entre empresas estatais, a vigência do princípio do autofinanciamento, entre outras medidas. É injustificável a privatização parcial, em troca do abatimento de dívida pública, de um serviço público essencial como a telefonia, vendida à empresa mexicana Domos. Da mesma forma não se justifica a privatização do turismo. Menos ainda, a privatização da exploração do tradicional rum e dos também tradicionais charutos cubanos, ou ainda, da cana de açúcar.

Em oposição a todas as evidências e a teoria marxista, alguns entre nós ainda consideram o Estado cubano como um Estado operário em adiantado estado de decomposição. Para chegar a essa conclusão foi preciso, em primeiro lugar, falsificar a realidade. Por exemplo: negar o fim do monopólio do comércio exterior. Isso a própria burocracia admite e, inclusive, está legalizado pela Lei de Inversões Estrangeiras.

O fim do monopólio do comércio exterior e a descentralização e autonomia das empresas tornam impossível qualquer planificação socialista da sociedade e significa a falência da economia estatal centralizada. Com isso não pode mais existir Estado operário. Evidentemente, a maioria da economia continua estatizada. Mas não é isso que define o caráter do Estado. Esse não é o método marxista. O caráter operário do Estado é definido pelo controle estatal da economia: a planificação centralizada, o monopólio do comércio exterior e a estatização parcial ou total em consonância com o desenvolvimento das forças produtivas. Mas essas condições econômicas dependem integralmente da natureza do poder político. As relações econômicas capitalistas desenvolvem-se espontaneamente. Diferentemente, as relações socialistas precisam ser criadas e desenvolvidas conscientemente pelo poder do Estado. Portanto, dependem integralmente da

natureza deste. Noutros termos, somente pode existir um Estado operário quando o poder do Estado o favorece. É uma contradição considerar como operário um Estado em relação ao qual admitimos que a burocracia dirigente já se tornou restauracionista.

A burocracia estalinista objetivamente sempre favoreceu a restauração. Entretanto, por muitas décadas, de forma igualmente objetiva, apoiou-se na economia planificada. Nisso baseia-se o seu caráter dual. E somente enquanto durar esse caráter dual se pode falar em Estado operário burocratizado. Situação radicalmente diferente é aquela em que a burocracia abandona essa dualidade e passa a favorecer conscientemente, através de uma programa, a restauração. Nesse momento, o poder de Estado já não favorece, em nenhum sentido, a economia estatal. O Estado deixa de ser operário mesmo que a economia, no todo ou em parte, continue estatizada. Não existe um modelo de Estado operário ou de Estado burguês. Existe o Estado possível num determinado momento. Muitas vezes na história, uma classe dirige uma economia que não é a sua. A burguesia internacional, em aliança com uma burocracia restauracionista, pode dirigir, por muito tempo, uma economia majoritariamente estatal. Pois economia estatizada não é sinônimo de economia socialista

Procuramos seguir o método constante de A Revolução Traída, que todo trotskista deveria conhecer. Vamos relembrar, então: "... as relações de propriedade estabelecidas pela revolução socialista estão ligadas indissolúvelmente ao Estado, o predomínio das tendências socialistas sobre as tendências pequeno burguesas está assegurado, não pelo automatismo econômico – ainda estamos longe disso – mas pelo poder político da ditadura. O caráter da economia depende, pois, inteiramente do caráter do poder". "A queda do regime soviético causaria infalivelmente a queda da economia planificada e, desde então, da liquidação da propriedade estatizada. O elo obrigatório entre os trusts e as fábricas no seio dos trusts romper-se-ia. As empresas mais favorecidas seriam entregues a si próprias...". "Não é suficiente trai-la (a revolução), é necessário ainda subvertê-la. Os atuais dirigentes traíram a revolução de outubro, mas ainda não a subverteram". (A Revolução Traída – Edições Antídoto – pag. 248, 249, 250).

Esta hipótese considera a queda do regime soviético, ou seja, a sua derrubada pela contra-revolução. Mas a hipótese da restauração ser promovida pela própria burocracia também é considerada e suas conseqüências são as mesmas. "Admitamos, contudo, que nem o partido revolucionário nem o partido contra-revolucionário

se apoderavam do poder e que é a burocracia que se mantém à frente do poder. A evolução das relações sociais não cessa". "... será, pois, inevitavelmente necessário que procure apoio nas relações de propriedade". (idem, pg. 251).

Esse é exatamente o caso cubano: a burocracia procura apoio nas relações de propriedade. Abandona seu caráter dual. O Estado, de quem depende integralmente a natureza da economia, já não mais favorece a propriedade estatal e a planificação. Não é mais um Estado operário, apesar de ainda não ter privatizado integralmente a economia. "Em caso de triunfo da contra revolução burguesa na URSS, o governo poderia apoiar-se durante um largo período na economia nacionalizada". (Em Defesa do Marxismo –no texto Um Estado não operário e não burguês). Mas, em Cuba, as empresas foram entregues a si próprias, romperam-se os elos entre os trusts e as fábricas no seio dos trusts.

A burocracia cubana legalizou a propriedade privada e entregou partes importantes da economia ao capital estrangeiro

na forma de associação com empresas estatais. Autorizou a acumulação de capital, principalmente, no campo. Ela própria, por enquanto, se reserva o papel de intermediária entre esse capital e o Estado. É o instrumento da penetração imperialista, mas ainda não se transformou diretamente em burguesia. Ainda não acumulou capital suficiente. Ainda não legalizou a acumulação de capital próprio na forma de direito de herança. Sem dúvida, esse será o próximo passo. O estrago principal já está feito ao destruir os elos da economia estatal.

Trincheira Marxista
Juliano e Ariel

junho de 05

Textos programáticos de POM para Pré Conferência, vide Resoluções de seu VII Congresso.